Revista Sanear

Uma publicação da Aesbe • ISSN 1983-7461 • Ano II • nº 4 • Dezembro/2008

Aesbe
Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

O Plano Nacional de Saneamento
Um cronograma para o futuro

Entrevista com o Presidente da Copasa
Márcio Nunes

Aesbe estimula cooperação entre as Companhias Estaduais

Encarte: a evolução dos indicadores das companhias estaduais entre 1997 e 2007

Veja também nesta edição
Artigos | Comentários | Entrevistas

Sumário

4
Os Planos de Saneamento Básico e a Lei nº 11.445/2007

7
Entrevista: Sérgio Gonçalves
Um Plano Nacional para Apontar Caminhos

10
Artigo: Yves Besse
Novos tempos para o saneamento

12
Artigo: Walder Suriani
Reflexões sobre o futuro do saneamento

14
Entrevista: Márcio Nunes
Copasa define metas de gestão e colhe bons resultados

18
Conselho Curador do FGTS apresenta plano de reestruturação para o setor

19
A Regulamentação da Lei 11.445/2007

20
Cias em foco
Empresas melhoram prestação de serviços trocando experiências e tecnologias

31
Associadas da Aesbe têm consumo de água medido por Telemetria

33
Artigo: André Soukef Oliveira
Plano de metas da Sanesul, gestão participativa e o reconhecimento do mérito coletivo

34
Companhias se mobilizam para ajudar vítimas das enchentes

36
Notas

Carta Aberta

Foto: Arquivo Sanepar

O setor de saneamento encerrou suas atividades anuais com balanço bastante positivo. Os avanços foram generalizados, com destaque para o aumento dos investimentos, graças ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a melhoria da gestão dos serviços das Companhias de Saneamento, continuidade da adequação dos titulares e operadores ao marco institucional e regulatório do setor, entre outros.

Desde o final de 2008, entretanto, o País está convivendo com o fantasma da crise econômica mundial, o que traz insegurança e preocupação. Os esforços, agora, estão concentrados na manutenção dos investimentos, embasados na promessa do governo federal de não reduzir os recursos para o saneamento.

No médio prazo, os desafios se voltam para além de 2010, com a finalização do PAC. É oportuno lembrar que esse programa só foi implantado depois da adoção de uma série de medidas que incluíram a elevação dos limites de financiamentos e de endividamento dos entes públicos. São medidas com prazo de validade que precisarão ser renovadas e, futuramente, deverão se juntar a outras igualmente importantes, como a desburocratização e simplificação das normas e procedimentos do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal (CEF). O setor se reestruturou para atender aos desafios do PAC e esses esforços não poderão ser perdidos, mesmo porque a universalização dos serviços em nosso País ainda está longe de ocorrer.

Ainda na linha dos avanços, por sugestão do presidente da Aesbe, o Banco Mundial assumiu o patrocínio institucional da II Latinosan - Conferência Latino-americana de Saneamento, com representantes dos países da América Latina e do Caribe. Esse evento será realizado no Brasil, em março de 2010, onde especialistas e técnicos terão oportunidade de chamar a atenção das autoridades para a necessidade de convergirem esforços na busca da universalização dos serviços de saneamento.

A primeira Conferência foi realizada em Cali, na Colômbia, em 2007. O evento originou a publicação da "Declaração de Cali", que destacou a necessidade de o saneamento estar acoplado às prioridades do desenvolvimento da região, fazendo parte das agendas políticas desses países.

Recentemente, o coordenador do Programa de Água e Saneamento do Banco Mundial, François Brikké, visitou a cidade de Foz do Iguaçu, local onde será realizada a próxima conferência e constatou o simbolismo que a cidade representa no cruzamento das nações da América Latina, com seus limites em três países distintos.

A reunião dos países latino-americanos em um grande fórum, para debater o saneamento básico, em especial o esgotamento e o tratamento dos esgotos, é bastante significativa. Esse serviço ainda representa um grande desafio para a região, onde apenas 57% da sua população têm acesso a um meio seguro e sustentável de esgotamento dos efluentes, apenas 14% dos efluentes coletados são tratados e somente 20% dos resíduos sólidos são dispostos em áreas seguras.

Esse cenário de carências sinaliza a necessidade de sensibilizar os governantes para investirem em saneamento básico, responsável direto por trazer benefícios em termos de saúde, produtividade, moradia, proteção do ambiente, turismo e outras atividades econômicas.

Além do desejo natural de maior aproximação dos países do continente, para troca de experiências e melhores práticas em saneamento, o que já justificaria um evento de tal importância, ele será realizado exatamente um ano depois do Fórum Mundial da Água, em Istambul, o que possibilitará a avaliação dos primeiros resultados das ações definidas nesse Fórum.

Stênio Jacob | Presidente da Aesbe e da Sanepar (PR)

Editorial

O encerramento de 2008 contabiliza resultados positivos não só para o saneamento como também para esta publicação. A Revista Sanear alcançou o reconhecimento do setor por meio da cobertura responsável dos fatos que mais impactaram o saneamento nos últimos dois anos.

Isso nos trouxe grande entusiasmo e a satisfação de estamos consolidando nossa linha editorial que prevê a apresentação das vantagens do modelo regional de prestação dos serviços e as questões institucionais e de gestão do setor. Tudo isso abordado multilateralmente, sob a ótica dos diversos atores envolvidos.

Seguindo esta linha, trazemos como destaque desta edição a elaboração do Plano Nacional de Saneamento. Para o início desse entendimento, convidamos o Ministério das Cidades para discorrer sobre o tema. O desenvolvimento do Plano começou a ganhar força no último bimestre de 2008 e, ao que tudo indica, se manterá em cena durante todo o ano de 2009. Ainda entre os destaques da edição, ressaltamos os convênios de cooperação técnica efetuados entre as empresas estaduais do setor. Essas iniciativas estão entre as estratégias de modernização da gestão dos serviços previstas por essas empresas e apoiadas pela Aesbe.

Por fim, a Revista Sanear marca o encerramento das atividades do Ano Internacional do Saneamento com uma análise do desempenho das Companhias Estaduais do setor, que chega em momento oportuno, pois o estudo contempla os dados referentes aos anos de 1997 a 2007. Esses dados servirão de referência para a avaliação dos resultados futuros do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ainda não impactaram o setor. Sendo assim, disponibilizamos ao leitor esta avaliação sob a forma de um encarte especial.

A Aesbe

A Aesbe – Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais é uma entidade civil sem fins lucrativos, representativa das Companhias Estaduais de Saneamento Básico. As suas Associadas atuam em 3.943 municípios, atendendo cerca de 76% da população urbana brasileira em abastecimento de água. Fundada em 1985, tem sede no Distrito Federal e dentre os seus objetivos, destacam-se o de zelar pelo interesse de seus associados; promover o contínuo aperfeiçoamento técnico, mediante o intercâmbio de idéias e experiências; elaborar e divulgar estudos e trabalhos diversos; manter intercâmbio com associações congêneres nacionais e internacionais.

A Aesbe defende a gestão regional para o saneamento por ser o modelo que melhor atende aos interesses nacionais, possibilitando aos municípios menores e de baixa renda o acesso ao saneamento com melhor qualidade, a preços módicos, através da economia de escala e do subsídio cruzado.

Erramos

Ao contrário do que foi publicado na matéria "Cesan (ES) testa equipamento que economiza até 90% de energia elétrica", na página 25, (edição 3 – Agosto 2008), o valor correto do percentual veiculado na manchete é de até 30%.

As análises e as opiniões dos artigos publicados na Revista Sanear são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente a posição institucional da Aesbe.

Expediente

Coordenação Editorial
Walder Suriani
aesbe@aesbe.org.br

Edição
Elza Pires de Campos (MT - 11.446/SP)
imprensa@aesbe.org.br

Produção e Reportagem
Elza Pires de Campos
Joaquim Souza (Estagiário)
joaquim.souza@aesbe.org.br
Luciana Melo Costa (MT - 2492/DF)
comunicacao@aesbe.org.br

Revisão
Equipe Aesbe

Publicidade
Editora Aesbe
editoraaesbe@aesbe.com.br

Projeto Gráfico
Formatos Design Gráfico

Ilustração da capa
Fernando Lopes

Impressão
Gráfica Coronário

Tiragem
10.000 exemplares

Diretor-Presidente
Stênio Sales Jacob (Sanepar)

Diretores Vice-Presidentes
Aberlardo de Oliveira Filho (Embasa/BA)
José Carlos Barbosa (Sanesul/MS)
José Evandro Moreira (Caer/RR)
Mário Freitas(Corsan/RS)
Wagner Granja Victer (Cedae/RJ)
Rubem Moreira de Brito (Caema/MA)

Conselho Fiscal
Clóvis Veloso Freire (Caern/RN)
Eduardo Castro Ribeiro (Cosanpa/PA)
Jessé Motta Carvalho Filho (Casal/AL)

Câmara técnica de comunicação e imprensa
Nilson Pohl - Coordenador (SANEPAR/PR)
Rita Vânia - Secretária (CAGECE/CE)
Elza Pires/Luciana Melo/Joaquim Souza (AESBE)
Josélia Nádia Fonseca (CAEMA/MA)
Marlete Pires Meneses da Silva (CAER/RR)
Camila Dall'Agnol (CAER/RR)
Odacilvio Segorvea de Moura (CAERD/RO)
Ligia Maria da Silva Cortêz (CAERN/RN)
Francisco de Assis M. Nóbrega (CAESB/DF)
Márcio Teles (CAGECE/CE)
Fabio Cabral Bernardo (CAGEPA/PB)
José Francisco Alves (CASAL/AL)
Gilberto Alves Bordignon (CASAN/SC)
Orlando da Costa Lemos (CEDAE/RJ)
Leila Oliveira Nascimento (CESAN/ES)
João Paulo Flores (CORSAN/RS)
Milena Souza de Medeiros (COSANPA/PA)
Sérgio Lapastina (SABESP/SP)
Aurélio Prado (SANEATINS/TO)
Paulo Ricardo Gomes (SANESUL/MS)

OS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO E A LEI Nº 11.445/2007

A Lei 11.445/2007, que estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico, está sendo implementada normalmente e a União, Estados e Municípios vem incorporando os novos dispositivos legais nos seus procedimentos de rotina. A Lei criou uma nova dinâmica no setor. Agências Reguladoras estão sendo organizadas; concessões são firmadas ou renovadas com novo referencial de atendimento e de exigências. O setor, agora, caminha mais rápido rumo à universalização dos serviços. A Lei está propiciando um ambiente de melhor entendimento, com concedentes e concessionários relacionando-se com mais profissionalismo e de acordo com o novo marco legal, deixando para trás tensões próprias de uma época de insegurança jurídica.

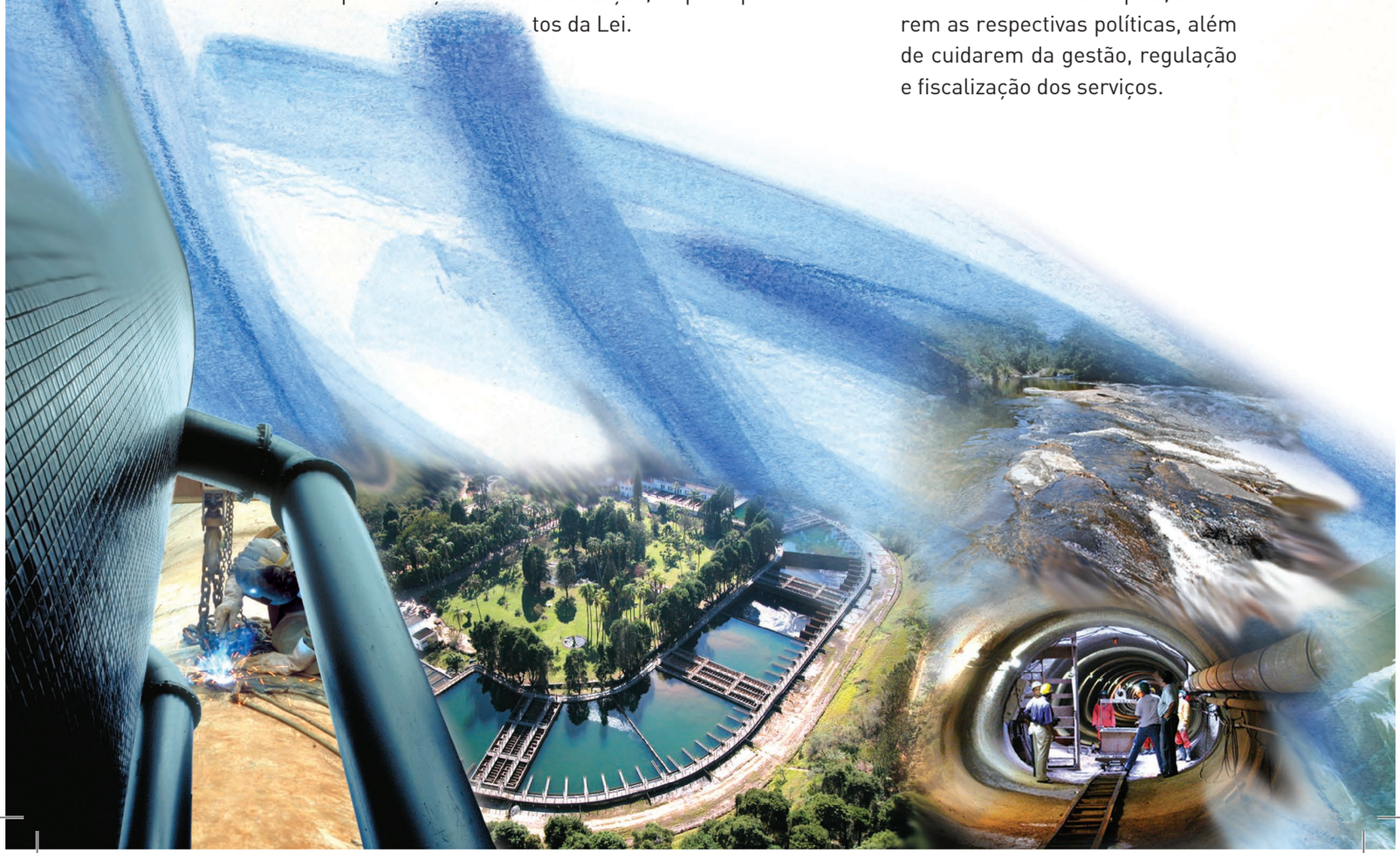
Nesse contexto, os planos de saneamento assumem destaque como instrumentos fundamentais ao planejamento do setor. O Plano Nacional de Saneamento, por exemplo, está em fase inicial de elaboração pelo Ministério das Cidades, cuja metodologia de trabalho participativa com representantes do setor e, principalmente, do Conselho das Cidades. É um tema novo e a Revista Sanear traz alguns esclarecimentos para subsidiar o seu entendimento e implementação.

1. A IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DE SANEAMENTO

Para a Lei 11.445/2007, os planos de saneamento básico se apresentam como instrumentos de planejamento, orientando as ações de médio e longo prazo para os diversos agentes do setor. Esses planos devem estar integrados, formando com a Política Federal de Saneamento, com as diretrizes gerais, as fontes de financiamento e as estruturas de regulação e de fiscalização, os principais elementos da Lei.

2. OS PAPÉIS DOS ENTES NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO

O saneamento básico em nosso País não tem estrutura organizacional sistêmica. Sinteticamente, é responsabilidade da União estabelecer as diretrizes e formular a Política Federal do setor, bem como o desenvolvimento do Plano Nacional de Saneamento. Aos Estados cabe detalhar as diretrizes gerais definidas pela União e, juntamente com os Municípios, definirem as respectivas políticas, além de cuidarem da gestão, regulação e fiscalização dos serviços.



3. ETAPAS NECESSÁRIAS À IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS

A lei sinaliza um ordenamento lógico e prioriza ações a serem obedecidas pelos titulares e operadores dos serviços de saneamento. Dessa forma, a União deveria começar as suas ações pela implementação da Política Federal de Saneamento e pela definição das diretrizes para o setor, subsidiando os demais níveis de governo. A elaboração do Plano Nacional de Saneamento seria a etapa subseqüente. Os Estados e Municípios teriam um roteiro similar, com início no estabelecimento das políticas, planos de saneamento e nos respectivos programas e projetos. Em complementação, deveriam ser criadas as estruturas de regulação e de fiscalização da prestação dos serviços.

4. A OBRIGATORIEDADE DOS PLANOS DE SANEAMENTO

A Lei nº 11.445/2007 torna obrigatória a elaboração dos planos nacional, (estaduais), regionais e municipais. A lei define o conteúdo e as características principais desses documentos estabelecendo, ainda, que a existência dos planos municipais e estaduais é condição de validade dos contratos de concessão.

Os planos de saneamento devem ser elaborados para os serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de água pluvial e de resíduos sólidos, de forma individual ou para o conjunto desses serviços. A compatibilização desses planos deve ser feita pelos titulares dos serviços.

5. DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE O PLANO NACIONAL E OS DEMAIS PLANOS DE SANEAMENTO

Os planos nacional, estaduais e municipais possuem conteúdos semelhantes, diferenciando-se apenas pelas respectivas abrangências. O Plano Nacional possui características próprias, observando as duas demandas da União que consistem em estabelecer diretrizes para o setor e formular a Política Federal do Saneamento e a prestação dos serviços em áreas onde ela é titular.

Os planos estaduais, regionais e municipais orientam a implementação das ações, contendo os elementos para definição das respectivas políticas e do planejamento das ações, bem como das atividades para a gestão, regulação e fiscalização dos serviços.

6. CONTEÚDO E RESPONSABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO

A lei define de forma clara o conteúdo dos planos de saneamento e as suas elaborações devem seguir um roteiro previamente estabelecido. Não há necessidade de complementação ou introdução de elementos adicionais. A lei flexibiliza ao titular definir a melhor metodologia e estratégia para a elaboração e implantação dos planos, incluindo o grau e a forma de participação dos diversos segmentos da sociedade, em função

das condições ou especificidades locais ou regionais.

De acordo com a lei, o Plano Nacional deve conter, obrigatoriamente, os objetivos e as metas nacionais para a universalização dos serviços, observando a compatibilidade com os demais planos. O Plano Nacional deve, também, propor programas, projetos e ações para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento, identificando as fontes de recursos. Finalmente, deve abordar as ações da União nas áreas indígenas, extrativistas e de quilombolas, onde ela é titular dos serviços.

Os planos de saneamento dos Estados e dos Municípios são mais operacionais e devem conter o diagnóstico da situação, com o emprego de diversos indicadores de saúde, ambientais e socioeconômicos; estabelecer os objetivos e as metas para a universalização; os programas, projetos e ações para atingir os objetivos e metas propostos, identificando as fontes de recursos; as ações de emergências; mecanismos para avaliação da eficácia e da eficiência das ações.

7. O PLANO NACIONAL COMO CONDICIONANTE PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A Lei nº 11.445/2007 estabelece que a alocação de recursos federais "será feita em conformidade com as diretrizes e objetivos da Política Federal do setor e com os planos de saneamento". O Plano Nacional sinaliza e orienta a aplicação dos recursos federais. Ele deve apontar fontes de recursos, mas não pode vincular verbas. Se houvesse a vinculação entre projetos e recursos, por exemplo, poderia ser evitada a aplicação de recursos fiscais nos municípios,

Foto: Odair Faria | Sabesp

de forma pulverizada e sem planejamento, condição já diagnosticada como danosa aos serviços e que poucos benefícios traz à população.

8. O PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO E A GARANTIA DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Não é esse o objetivo direto do Plano Nacional de Saneamento. Ele é, basicamente, um instrumento para a universalização e procura dar ordenamento e racionalidade às atividades, possibilitando maior eficácia nos recursos alocados. Os planos de saneamento devem balizar o planejamento das ações e, principalmente, definir as fontes de recursos para os investimentos. A importância do Plano Nacional será tanto maior quanto maior for a garantia de alocação de recursos que ele conseguir.

9. PACTO E A ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO

A Lei nº 11.445/2007 define responsabilidades de elaboração e o conteúdo dos planos, tornando desnecessária a formalização de pactos. Como a lei flexibiliza para que cada ente defina a melhor metodologia para sua elaboração e implementação, cada titular definirá a melhor forma de participação da sociedade na definição das políticas, do planejamento e do acompanhamento das ações. Essa participação é importante e deve ser incentivada pelos titulares e operadores dos serviços.

Entretanto, a formalização de pactos normalmente está ligada a situações de incertezas ou de indefinições, o que exigiria comprometimento entre as partes. Não é o caso do saneamento. O setor já tem um novo arcabouço legal e os problemas estão sendo equacionados sob o manto da lei. A necessidade de pacto poderia sugerir que a lei é insuficiente ou incompleta, introduzindo sem necessidade, elemento de insegurança jurídica no setor.

Nessas condições, torna-se difícil imaginar um pacto para elaborar e implementar o Plano Nacional de Saneamento, tendo em vista que todas as etapas envolvidas nesses processos já estão definidas na lei.

Finalmente, a lei estabelece que a União, através do Ministério das Cidades, é a responsável pela elaboração do Plano Nacional de Saneamento e um simples convite desse Ministério seria suficiente para uma ampla mobilização dos interessados em torno do Plano Nacional.

Um Plano Nacional para Apontar Caminhos

Se 2008 é o Ano Internacional do Saneamento, instituído pela ONU, o próximo será pontuado por algumas ações cujos benefícios virão a longo prazo. Em 2009, continua a implementação da Lei nº 11.445/07, incluindo o Plano Nacional de Saneamento – Plansab – peça substancial para orientar Estados e Municípios a construírem suas políticas, estudos e programas, em sintonia com as diretrizes, metas e prioridades, inclusive fontes orçamentárias, do governo federal. Nesta entrevista à Revista Sanear, o Diretor de Articulação Institucional da Secretaria de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades fala sobre as ações governamentais para o saneamento básico, lembrando que o Plansab vai envolver um esforço enorme de várias instâncias e do Conselho das Cidades. Ele afirma que o Plano não tutela Estados e Municípios e, sim, aponta caminhos.

Foto: Arquivo M. Cidades

Sérgio Gonçalves

Sanear - De acordo com a Lei. 11.445/07, os planos de saneamento são editados pelos titulares dos serviços e, neste contexto, qual a abrangência do Plansab em elaboração pelo Ministério das Cidades?

Sérgio Gonçalves – O Ministério das Cidades já realiza, há algum tempo, um trabalho para apoiar os planos municipais. Foram publicados dois livros e um guia com experiências e sugestões de como elaborar um plano de maneira participativa, nos moldes dos planos diretores feitos pela Secretaria de Programas Urbanos, do MCidades. Para adequação à Lei do Saneamento, alguns documentos estão sendo revistos e teremos umas três ou quatro publicações sobre planos municipais que vão subsidiar os municípios. No PAC, estamos iniciando a contratação de um projeto demonstrativo, para que nos ajude a trabalhar com uma amostragem variando entre cinco e dez municípios brasileiros, para que possamos fazer um diagnóstico e apoiá-los a construir os seus planos municipais.

Como o senhor definiria o alcance do Plansab?

O Plano Nacional não tutela mas aponta caminhos de planejamento. Ele avança um pouco mais do que a Lei. Isto é muito importante porque existem algumas preocupações de que esta seria uma iniciativa impositiva. Existe respeito federativo e não podemos tutelar um serviço. Temos de ter cuidado para não extrapolar as competências federativas estaduais e municipais. Se a Lei tivesse avançado um pouco mais e criado um sistema de saneamento, talvez ficasse mais claro. Como o sistema não existe, o plano deve ter este cuidado e instituir, na verdade, um planejamento. O que o Plano tutela somos nós. O governo é tutelado pelo Plano Nacional, que vai dar indicativos para os trabalhos. O plano vai mostrar as possibilidades de como o governo vai lidar com o saneamento básico, planejando para um período de 20 anos, sendo revisado a cada quatro anos;

Esta seria a atuação do Ministério?

Não é competência federal fazer planos municipais. É nossa obrigação institucional orientar e apoiar os planos, propiciar recursos de financiamento para que os municípios possam fazer seus planos. O Conselho das Cidades editou uma Resolução indicando que o Ministério das Cidades elabore uma campanha nacional para incentivar os municípios e titulares fazerem os seus planos. Esta iniciativa já está em andamento e, como já foi anteriormente mencionado, a realização de um projeto demonstrativo em municípios vai propiciar ao Ministério ganhar experiência, compreender a dinâmica dos planos, criar algumas metodologias, entender a problemática dos planos, para os quatro serviços do saneamento básico. A in-

tenção é garantir, até o final de 2010, que estes municípios aprovem os seus planos nas câmaras legislativas. A SNSA fará o acompanhamento de toda a questão metodológica e operacional, com publicação deste trabalho.

E quanto ao Plano Nacional de Saneamento Básico?

Quanto ao Plano Nacional, como previsto na própria Lei, não há nenhum tipo de subordinação intrínseca de que esse plano seja superior aos planos estadual, regional ou municipal. Cada ente deve demonstrar o seu escopo e conteúdo, e como se propõe a fazer no plano, como processo de planejamento. O Plano Nacional deve apontar diretrizes de como o governo federal irá se organizar com os seus diversos órgãos, tais como, Ministério da Integração, Meio Ambiente, Saúde, Agência Nacional de Água,Turismo.

Não existem vários órgãos no governo tratando do saneamento ambiental?

Esta é uma discussão à parte. Hoje, o governo já está bem mais organizado do que já foi. Até 2003, havia uma desorganização total. Eram 24 programas e mais de 80 ações. Hoje, nós temos cinco programas, ações bem definidas, cada um sabendo o que se faz.

Quais são esses Programas?

De água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos e áreas do Semi-Árido. As linhas de atuação estão definidas, há mapeamento do que cada Ministério faz e em qual faixa da população atuar. Isso é um grande avanço. O governo está bem mais organizado do que outrora, quando até se financiava o mesmo projeto em mais de um lugar. Isso não acontece agora porque sabemos agora quem é o responsável pelo projeto.

Como se insere o Plansab neste cenário e contexto?

O Plano Nacional mostrará como o setor se organiza. Os municípios saberão quais os programas de governo, onde há recursos de financiamento e os orçamentários e como acessá-los, quais as metas regionalizadas de universalização, quais os fundos que estarão à disposição. Trata-se de um plano de diretrizes em que Municípios e Estados não estarão subordinados a ele, mas que possam olhar e trabalhar nos locais prioritários. Ele expressa aos entes da federação como o governo está organizado, quais as metas de atendimento, quais as rubricas e prioridades para que os entes possam acessar recursos ou que programa deve ser criado para atender melhor as políticas públicas.

Como as empresas Estaduais se inserem na elaboração deste Plano Nacional?

A condução da elaboração do Plano Nacional é do Conselho das Cidades, que editou a Resolução nº 33, criando no âmbito do Ministério das Cidades um grupo de trabalho para acompanhar e garantir a elaboração do plano. Este grupo de trabalho tem representantes de todos os segmentos organizados e tem se reunido com freqüência desde o início de 2008. O Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento, por ter assento no Conselho das Cidades, participa desse Grupo de Trabalho. A Aesbe participa desse grupo como convidada.

Algumas críticas têm sido feitas a esse processo de condução, de ser naturalmente tumultuado e ineficiente, com dificuldades em conciliar as contribuições de inúmeras entidades, a maioria sem conhecimento de saneamento básico?

Esta é uma visão equivocada. Este é um grupo de conselheiros que têm legitimidade para estarem onde estão. O grupo de trabalho formula as peças técnicas. Mas um plano não é somente técnico. É também político. E as entidades que hoje estão no Conselho das Cidades têm a legitimidade política de estarem lá. Da mesma forma como o Fórum de Secretários tem assento nesse Conselho, os outros membros foram eleitos e ganharam legitimidade para estarem lá, representando os seus segmentos.

E como equilibrar estas forças? Não há risco de prevalência de algum setor, podendo comprometer até mesmo as metas estabelecidas para o saneamento?

O grupo de trabalho é um reflexo do Conselho. Se existe crítica, ela deveria ser feita ao Conselho e não ao grupo de trabalho. O GTA é oficial e institucional, regulamentado por um estatuto e regimento, com definição do seu funcionamento. Qualquer grupo de trabalho do Conselho das Cidades trabalha da mesma forma. Isto é regimental. Se a Aesbe entende que possa haver algumas críticas a outras entidades, o campo de disputa é em outro local. Tem de mudar o regimento e a organização do Conselho das Cidades, o que poderia redundar em mudança do grupo de trabalho.

Mas, como se trata de um assunto tão técnico, envolvendo serviços públicos essenciais à população, esta metodologia de trabalho não poderia privilegiar mais os aspectos políticos do que os técnicos?

Esta é uma visão que eu respeito, mas não concordo. Ao contrário. A sociedade é feita de políticos. Quem votou a Lei de Saneamento não foram os técnicos. Quase a totalidade dos trabalhos que vão para o Conselho das Cidades são estudos que nós fazemos através de consultorias especializadas em saneamento. Os indicadores do SNIS (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), por exemplo, são feitos por técnicos de saneamento. Nós fazemos as peças técnicas com especialistas, mas a votação é feita por políticos.

Foto: Arquivo M. Cidades

"Este Plano Nacional mostra como o governo está se organizando para que setores da ponta saibam onde há dinheiro, metas regionalizadas de universalização, os fundos à diposição, periodicidade, orçamentos. Plano de Diretrizes. Municípios e Estados não são subordinados ao plano mas ajudam na elaboração"

Como contrabalançar tendências diversas e focar o debate nas metas do setor, por exemplo?

Nós, da área mais técnica, procuramos contrabalançar isto com os grupos de trabalhos técnicos. O importante é suprir esta lacuna do Conselho, que não têm obrigação de possuir especialistas, com grupos técnicos. Como debater um plano? Precisamos ter documentos técnicos. Temos que sair desta seara política, partidária, institucional e ideológica. Nós fazemos isto. E saímos quando fazemos as peças técnicas.

Mas, se movimentos sociais têm um peso maior do que as entidades que atuam no setor, eles não podem também alterar estas peças?

Os movimentos sociais têm um peso maior porque está definido nos estatutos do Conselho das Cidades. As operadoras públicas, representados pela Aesbe, Assemae e Abcon, estão neste processo com o peso menor. É a verdade, pois os movimentos sociais, como entidades, têm 22% do peso no Conselho das Cidades. Em se falando unitariamente, os movimentos sociais sempre vão ter maior peso. Está no regimento do conselho. Isto vai se refletir em qualquer lugar. É por isto que eu digo que sozinho ninguém consegue tutelar. É preciso fazer alianças. Aí entra a parte política. O conselho é um ente político.

O senhor poderia falar um pouco das etapas do Plano Nacional?

Em primeiro lugar, o diagnóstico, elemento básico que vai subsidiar os debates. Além de incorporar elementos da PNSB, a ser feita pelo IBGE, o plano está prevendo consolidar os indicadores do setor. Esses indicadores são importantes para que possamos discutir a política de saneamento básico, ou seja, água, esgoto, drenagem e resíduo. Este será o primeiro documento técnico para que possamos discutir a política de saneamento básico.

Antes da elaboração do plano, está prevista a formalização de um pacto. Que pacto é esse?

Este pacto é uma carta de compromisso, de intenções, espelhado um pouco no pacto da saúde. A nossa intenção é que esse pacto seja aprovado no Conselho das Cidades, em dezembro, na forma de um documento oficial.

Além do Controle Social, o plano aborda a regulação do saneamento?

Este caderno técnico vai dar o norte de algumas teses de como será feita a regulação. Em maio de 2009, ficam prontos os cadernos, incluindo o documento de consolidação do diagnóstico.

Quais as peças técnicas que acompanham o plano?

Serão os cadernos técnicos, onde estarão contidas as diretrizes do planejamento, regulação e fiscalização. Os cadernos técnicos vão apontar o que se tem hoje e as possibilidades de uma regulação, por exemplo. A própria Lei tem parâmetros mínimos de regulação. A ABAR avançou muito nesse quesito, pois o setor de saneamento não tem *expertise* de agência reguladora.

Artigo

Foto: Arquivo Abcon

Yves Besse

Novos tempos para o saneamento

Yves Besse

Engenheiro e presidente da Abcon – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto e da CAB Ambiental

O retrato do saneamento básico no Brasil é assustador. Quase 10 milhões de pessoas que moram nos centros urbanos ainda não têm acesso à água, 25% dos municípios brasileiros enfrentam problema de falta ou racionamento de água e só 15 % da população urbana têm seus esgotos coletados e tratados.

Estudos dão conta de que, para universalizar os serviços de água e esgoto em 20 anos, o Brasil precisa investir R$ 200 bilhões, ou seja, aproximadamente R$ 10 bilhões por ano. Como enfrentar esse desafio se o desembolsado para o setor de saneamento nos últimos cinco anos foi, na média, menos de R$ 2 bilhões por ano?

O Brasil tem apontado um caminho muito interessante: o da parceria público-privada. Ganha corpo a idéia de que tanto as autarquias municipais, como as companhias estaduais e as empresas privadas podem ser agentes capacitados para resolver o problema do saneamento básico no Brasil (desde que tenham planejamento, regulação, gestão eficiente e tarifa adequada) e que, só atuando em parceria, é que se vai recuperar o atraso.

O setor privado tem se posicionado como parceiro do público na busca de boas soluções porque surge a clareza de que operadores públicos e privados não são concorrentes, mas figuras complementares. Depois de anos sem assinar contratos, o setor privado se revigorou, sendo chamado a atuar em vários lugares como concessionário ou parceiro de operadores públicos (de 2007 para cá foram 20 novos contratos de concessão ou PPP).

O resultado desse movimento é que o setor privado atende hoje mais de 13 milhões de pessoas, o que corresponde a quase 10% da população urbana. Mas tem capacidade técnica e financeira de cobrir 30% desse mercado na próxima década.

Com essa quebra de preconceitos e paradigmas equivocados que vem se delineando, o Brasil vai poder, muito em breve, apresentar um retrato muito melhor do saneamento básico.

Revista Sanear

Uma publicação da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - Aesbe

Formatos

Página dupla | Página inteira | ½ página | 1/3 de página

Anuncie seus produtos e serviços para um público com alto poder de decisão. Entre em contato conosco e conheça a nossa proposta.

SBN Quadra 1 Bl. "B" - Nº 14 - Sala 201, Parte, Ed. CNC - 70041-902
Brasília-DF - Telefax: (61) 3326-4888 ramal 14
editoraaesbe@aesbe.com.br www.aesbe.org.br

O novo ciclo do setor de saneamento

Dilma Pena
Secretária de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saneamento.

Roberto Moussallem
Assessor da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

Foto: Arquivo Secretaria de Saneamento e Energia-SP

Dilma Pena

Com a promulgação da Lei 11.445, após um longo período de fragilidade institucional caracterizado pela inexistência de um marco legal adequado, o setor de saneamento está intensificando os investimentos e consolidando um ambiente favorável para vencer seus grandes desafios.

Ao exigir a elaboração de planos de saneamento pelo titular dos serviços, a nova legislação resgatou a função de planejamento, com maior racionalidade nos investimentos, acelerando o processo de universalização dos serviços. O plano torna-se então um importante instrumento de gestão, apto a promover uma intervenção integrada no espaço territorial. Nesse sentido, a nova legislação supera a forma de abordagem setorial e estanque, muitas vezes utilizada para implementar ações e serviços de saneamento.

A função planejamento é destacada na Lei em dois artigos: o 19, que determina, especificamente para os titulares dos serviços, a elaboração de planos de longo prazo que levem em conta, entre outros aspectos, a modicidade tarifária bem como a sustentabilidade econômica e ambiental na prestação dos serviços; e o Art. 52, que determina à União, por meio do Ministério das Cidades, elaborar o Plano Nacional de Saneamento Básico que, entre outros elementos, deverá conter: os objetivos e metas nacionais para a universalização dos serviços de saneamento básico; as proposições de programas, projetos e ações da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento.

A elaboração de planos de saneamento tornou-se requisito obrigatório, e, no caso dos titulares dos serviços, imprescindíveis para a delegação da prestação dos serviços e para a captação de recursos financeiros junto às instituições nacionais e multilaterais. Os planos deverão conter ações para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais de forma integrada ou separadamente.

O papel dos Estados em relação ao saneamento básico ganhou relevância neste contexto, tornou evidente suas atribuições institucionais de promover o desenvolvimento de forma articulada, levando em conta as soluções integradas, as características regionais, o desenvolvimento urbano e a gestão adequada das bacias hidrográficas, com foco na cooperação entre Estados e municípios.

A atuação dos Estados torna-se ainda mais importante considerando-se que a maioria dos municípios não possui uma cultura de planejamento em relação ao saneamento. Para muitos municípios, instrumentos de planejamento criados a partir de 1990, como as Leis de Diretrizes Orçamentárias, o Estatuto das Cidades e os Planos Diretores Municipais, ainda não são dominados nem fazem parte da sua cultura organizacional e de gestão.

Em São Paulo, o governo do Estado está empreendendo programas de apoio técnico e financeiro àqueles municípios que não têm condições de elaborarem sozinhos seus planos. O apoio está sendo dado a todos os municípios interessados, independentemente de estarem ou não na área de concessão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

No que concerne ao Estado de São Paulo, o Plano Estadual está sendo concebido dentro de uma visão regionalizada, considerando as bacias hidrográficas e as distintas características de cada região. O Plano Estadual terá um capítulo especial para as Regiões Metropolitanas, onde os sistemas de saneamento básico são fortemente integrados e as soluções ultrapassam as fronteiras e os interesses locais de cada municipalidade.

No caso da União, o Ministério das Cidades está elaborando um Projeto Estratégico para elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), envolvendo representantes dos movimentos populares e de todos os demais segmentos que atuam no setor.

O governo Federal planeja lançar até o final deste ano o "Pacto Socioterritorial do Saneamento na Promoção da Cidadania", que dará as premissas básicas para a concepção do Plansab. É preciso ficar atento para que os principais protagonistas das políticas públicas de saneamento, os prestadores de serviços - empresas estaduais, municipais, privadas e autarquias - tenham uma participação efetiva nesse processo.

O principal objetivo do Plansab é tornar-se um instrumento que contribua para o país atingir os "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio", marcando dessa forma as comemorações no Brasil do "Ano Internacional do Saneamento".

No Ano Internacional de Saneamento Básico, podemos dizer que o Brasil tem o que comemorar. Os Municípios, os Estados e a União estão conquistando importantes avanços, atuando de forma integrada e cumprindo cada qual o seu papel.

Artigo

Reflexões sobre o futuro do saneamento

Walder Suriani

Engenheiro Civil e Sanitarista e Superintendente Executivo da Aesbe

Mesmo com os bons resultados que vem apresentando, o setor de saneamento básico - água e esgotos sanitários – vive um momento de aparente conflito entre a euforia e a preocupação. Investimentos significativos, novo marco legal, apresentação de estudos e projetos do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS) e, mais recentemente, o anúncio de programa de revitalização dos operadores públicos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), são alguns dos itens a serem contabilizados nos ativos do setor.

O lado negativo se relaciona às questões institucionais e naquelas mal (ou não) resolvidas, produzindo nos titulares e operadores dos serviços uma sensação de vazio. Nessas condições, não é estranho imaginar que aflorem preocupações, mesmo com os investimentos até 2010 turbinando os indicadores de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A insegurança está centrada no médio e longo prazo, pela falta de garantias na continuidade dos recursos para investimentos e nas condições de seu acesso e, principalmente, na ausência de apoios mais consistentes para a consolidação institucional do setor.

Parece que o estabelecimento do novo arcabouço legal, a Lei nº 11445/07 e a Lei de Consórcios, entre outras, não foi suficiente para consolidar o setor. Antigos problemas teimam em permanecer em cena, ancorados por dificuldades aparentemente intransponíveis. Freqüentemente, ações dos governos se apresentam descoordenadas, mesmo com o saneamento exigindo complementaridade entre os entes. A burocracia dos normativos governamentais é intensa e as decisões são tomadas de forma independente, aparentando ausência de diretriz que una os diversos programas ou que estruture o setor de forma segura.

Solicitações de esclarecimentos ou oferecimento de apoio não são consideradas. Situações singulares, na falta de um termo mais apropriado, fazem parte do cotidiano do setor. É o Ministério da Fazenda ditando os caminhos do saneamento, através de limites e contingenciamentos, sem explicitar os critérios adotados; é a Caixa Econômica Federal (CEF) fazendo a análise de riscos dos empreendimentos com critérios herméticos; é a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), braço operacional do governo no saneamento, atolada em dificuldades variadas e tendo de responder às freqüentes denúncias de incompetência no trato dos recursos públicos; é o Meio Ambiente, centrado no seu mundo particular, imaginando que os recursos financeiros são infinitos e editando normas irreais para o saneamento; e, no Ministério das Cidades, há a percepção de que boa parte da sua agenda esteja sendo utilizada com os movimentos sociais, organizados e poderosos, mas pouco familiarizados com o saneamento, o que lhe sobraria pouco tempo para equacionar as reais necessidades e aflições dos operadores dos serviços.

Parece que os gestores sofrem bloqueios em suas ações e, como resultado, temas fundamentais do saneamento não conseguem avançar. Os exemplos são variados, começando pela falta de apoio ao modelo de gestão regional dos serviços que melhor atende ao conjunto de municípios brasileiros, interessando diretamente a Estados e Municípios; a não definição do volume de recursos orçamentários necessários para a universalização dos serviços, com as respectivas fontes; a manutenção da elevada carga tributária e que não coaduna com o discurso sobre a importância do saneamento; a inexistência de modelos de subsídios aos usuários de baixa renda; a ausência de discussão do compartilhamento das responsabilidades referentes ao saneamento dos Estados, Municípios e União; a ausência de posicionamento claro da União quanto à regulação do saneamento e como se insere o controle social nessa atividade.

Evidentemente, essas questões são de alta complexidade e de difícil equacionamento. Mas, afinal, não foi exatamente para cuidar desses temas que as entidades se uniram para criar "um endereço para o saneamento"? É importante mencionar que há total disposição dos entes em discutir as carências e as saídas para que o setor cumpra as suas obrigações de atender toda população brasileira.

Esse é um posicionamento coerente e responsável e, como tem ocorrido em situações anteriores, a Aesbe se coloca, mais uma vez, à disposição do governo federal para unir esforços na busca de soluções. A Associação entende que o momento é de dificuldades e desafios, o que exigirá atitude mais aberta e um olhar voltado para a modernidade e clareza de propósitos. Afinal, se os primeiros passos já foram dados e as conquistas se mostraram promissoras, é bom lembrar que o cumprimento da meta de universalização dos serviços ainda está longe de ocorrer.

No mundo, mais de 1.800 crianças são mortas em ataques terroristas todo ano.

No Iraque, mais de 2.300 crianças são mortas por ano, vítimas da guerra.

Aqui no Brasil, anualmente, mais de 2.500 crianças morrem por falta de coleta e tratamento de esgoto.

Você pode mudar esta realidade,
participe cobrando saneamento para o seu município.
www.tratabrasil.org.br

Trata Brasil
Saneamento é saúde

Foto: Arquivo Copasa

Márcio Nunes

Copasa define metas de gestão e colhe bons resultados

Com metas precisas e objetivos traçados para curto e longo prazo, a Copasa, de Minas Gerais, é uma das empresas que se tornaram modelo de atendimento no País. Nesta entrevista à Revista Sanear, o presidente da Copasa, Márcio Nunes, fala sobre os desafios e perspectivas da empresa nos próximos anos.

Sanear - O que levou a Copasa a estar entre as líderes do setor?

Márcio Nunes - Na verdade, não há nenhum segredo. O governador Aécio Neves lançou um desafio que foi assumido por todos nós na Copasa, que é fazer da empresa uma referência no setor, especialmente no de saneamento. As armas, o próprio governador nos deu: o chamado choque de gestão que foi implantado em toda estrutura pública mineira, na administração direta e nas empresas e autarquias. Enfim, colocando a máquina do Estado novamente a serviço da população. Como resultado, a Copasa conseguiu ter, pela primeira vez na sua história, uma estratégia de gestão. Nós sabíamos que a empresa dificilmente conseguiria, num curto espaço de tempo, se tornar a maior do setor, dadas as próprias limitações populacionais de seu mercado. O objetivo que definimos, portanto, foi nos tornar os melhores.

Como se consegue ser o melhor?

Para isso, adotamos várias estratégias de ação: investimos no treinamento e capacitação dos empregados; desenvolvemos, adequamos e padronizamos práticas operacionais; aprimoramos o atendimento aos clientes; modernizamos nossos equipamentos e veículos e, principalmente, estamos melhorando nossos processos na busca permanente da redução dos custos.

Hoje, a empresa tem planejamento de longo prazo e horizontes definidos até 2025, prevendo, inclusive, variações de cenários. Sabemos onde estamos e onde queremos chegar. Temos indicadores claros que definem nosso ritmo de crescimento e verificam, permanentemente, a trajetória. Hoje, 20% do salário dos empregados é variável em função do cumprimento de metas que nos conduzem aos resultados planejados. E quem diz que a Copasa é a melhor no que faz não somos nós. Esse reconhecimento é traduzido pelos prêmios conquistados como os da Revista IstoÉ Dinheiro, do Jornal Valor Econômico, e as estatuetas do Quiron, da Abes, entre muitos e muitos outros.

A abertura do capital e a entrada na bolsa de valores foi importante para este objetivo?

Sem dúvida, hoje podemos afirmar que este foi o marco, o coroamento da nossa mudança. A empresa passou a ter seus papéis negociados no chamado Novo Mercado da Bovespa, que exige um nível muito alto de governança corporativa. A busca por resultados e pela melhoria na gestão se intensificou e o nível de atenção sobre a empresa saiu das fronteiras de Minas, ampliando nossa visibilidade. E, mais do que isso, ampliando também a responsabilidade de nossos empregados e dirigentes. O evento de lançamento, um dos mais prestigiados da história da Bovespa, foi um marco na história da empresa. Conseguimos

reunir três governadores e representantes dos principais grupos de investidores do País e também do exterior, com ampla cobertura da Imprensa nacional e internacional.

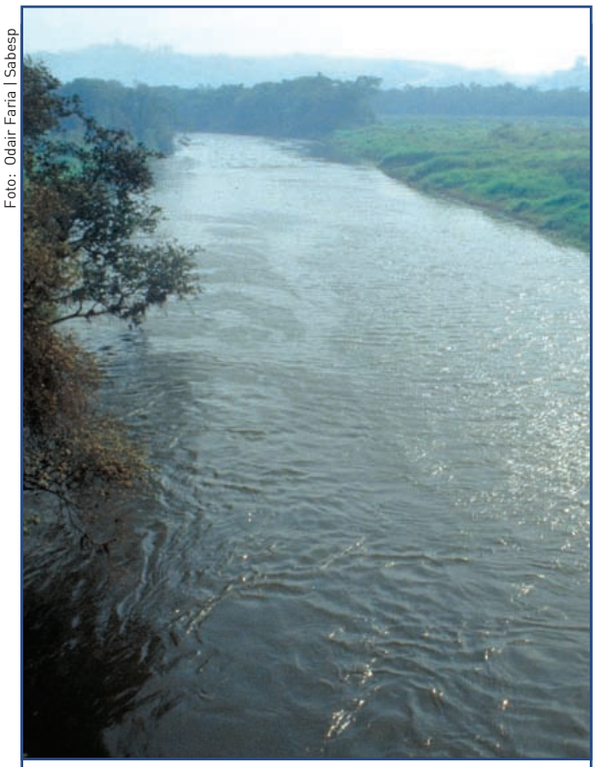
Os recursos captados no mercado são aplicados de que forma?

Os recursos são aplicados na ampliação e melhorias dos serviços prestados bem como na implantação dos serviços em cidades ainda não atendidas com sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto com os níveis de qualidade da Copasa. Isto quer dizer que estamos trabalhando ainda com mais intensidade para melhorar as condições de infra-estrutura em Minas Gerais e na qualidade de saúde e vida de nossa população.

Como andam os investimentos da Copasa em Minas?

Esperamos fechar, em 2010, um total de R$ 5,4 bilhões em investimentos, beneficiando todas as regiões de Minas Gerais. Isto também será um marco para uma empresa que, até 2002, investia uma média de R$ 200 milhões por ano. Melhor são os resultados, os benefícios para Minas Gerais. A população atendida pela Copasa com água passará de 10,4 milhões para 13 milhões, e os mineiros servidos com esgotamento sanitário passarão a ser 7,9 milhões, enquanto que, em 2002, eram apenas 4,8 milhões. Pretendemos fazer com que o índice de cobertura com abastecimento de água nas localidades operadas seja de 100% da população e a cobertura com esgoto seja de 95%. Planejamos chegar em 2010 com um percentual de tratamento de esgoto da ordem de 70%, contra os 26% que encontramos no início do governo. As perdas de água que eram de 290 litros/dia, por ligação, cairão para cerca de 210 litros/dia. Os dados da Copasa são excepcionais e mostram os novos tempos de Minas Gerais. Os planos são ousados, mas responsáveis. Este é um resultado concreto do choque de gestão implantado no Estado. A empresa deficitária, endividada e com baixa capacidade de investimentos foi substituída por uma Copasa forte e lucrativa, reconhecida e premiada.

Foto: Odair Faria | Sabesp



"Hoje, a empresa tem planejamento de longo prazo e horizontes definidos até 2025, prevendo, inclusive, variações de cenários. Sabemos onde estamos e onde queremos chegar. Temos indicadores claros que definem nosso ritmo de crescimento e verificam, permanentemente, a trajetória."

Como andam os resultados empresariais? A empresa continua lucrativa?

Sim, continuamos com resultados positivos. No terceiro trimestre fechamos com um lucro de R$ 145,1 milhões – um crescimento de 24,6% em relação ao lucro do trimestre anterior. A receita operacional líquida cresceu 13,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, chegando a R$ 540,3 milhões. Neste período, ampliamos em 4,72% nossa base de clientes. Comparando os números com os do trimestre anterior, conseguimos reduzir as despesas totais em 1,4%. A linha é esta: reduzir custos e ampliar receitas.

A crise internacional preocupa?

É evidente que sim. Um quadro de retração mundial afeta todos os que estão no mercado, ninguém consegue ficar totalmente imune a este quadro. Por outro lado, o saneamento normalmente é menos atingido pela retração por se tratar de um serviço essencial, não uma opção para a grande maioria dos

clientes. As alterações nos hábitos de consumo ocorrem mais em função de questões ambientais que econômico/financeiras. Na Copasa, estamos mantendo todos os investimentos previstos, com aportes de R$ 2 bilhões, até mesmo porque os recursos para todos os empreendimentos previstos já estão previamente garantidos. Para este ano de 2008, planejamos investir R$ 1 bilhão. Além disso, a dívida da empresa em dólar é muito pequena, apenas US$ 43 milhões, cerca de 5% da dívida total e será amortizada até 2024. Em função disso, não temos qualquer tipo de operação de hedge (proteção) ou de derivativo cambial para a dívida em dólar. Na verdade, estamos atentos para as oportunidades que podem surgir em função da crise de crédito que pode dificultar investimentos dos municípios em seus serviços de saneamento. Nas crises é que costumam surgir as oportunidades.

Qual a importância das novas tecnologias neste crescimento?

A Copasa foi a primeira empresa de saneamento brasileira a implantar o SAP que utiliza a tecnologia ERP (Enterprise Resource Planning), sistema integrado de gestão empresarial que, como todos sabem, aumenta a confiabilidade e transparências das informações para as tomadas de decisão. Na engenharia de operações, a Copasa investiu em um Centro de Operações de Sistemas que monitora, em tempo real, 24 horas por dia e 7 dias por semana, variáveis importantes e críticas do processo de tratamento e distribuição de água. À distância, e de um único ponto, temos informações completas sobre pressão, vazão, níveis de reservatórios, qualidade de água, consumo de energia e, ainda, podemos controlar válvulas e registros. Tudo isso, integrando eletronicamente cerca de 800 unidades operacionais remotas da empresa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mais importante que a tecnologia é o objetivo de sua utilização: a busca permanente da melhoria das condições de trabalho dos empregados e da prestação do serviço aos clientes. Com isso em mente, é investir e colher os resultados.

Águas minerais, irrigação: os novos negócios têm sido uma pauta constante na Copasa e têm causado uma certa surpresa no mercado. Qual o propósito dessa iniciativa?

As empresas modernas e bem sucedidas diversificam e expandem sua atuação dentro do seu ramo e, normalmente, são bem sucedidas nisto. Ora, ninguém duvida da nossa capacidade em cuidar e tratar de água, portanto, administrar o engarrafamento e comercialização das águas minerais Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari seria um caminho normal, no momento em que a sua exploração tornou-se disponível. Além de bons negócios, estas águas vão aumentar o reconhecimento e a admiração pela marca Copasa não só no Brasil, mas também no exterior, uma vez que estamos falando de águas reconhecidas entre as melhores do mundo.

Da mesma forma, a operação do maior projeto de irrigação da América Latina, o Jaíba, no norte de Minas, é uma forma de a empresa praticar seu conhecimento técnico. A produção de água pode chegar a 80 metros cúbicos por segundo, muito mais que toda água produzida pela Copasa em Minas Gerais para mais de 13 milhões de pessoas. Estamos, na verdade, desenvolvendo nossa capacidade de operar equipamentos de alta precisão e potência, grandes canais, elevatórias infinitamente maiores que as utilizadas pelas companhias de saneamento e uma rede de 150 quilômetros de canais. São 65 mil hectares de área produtiva irrigável, produzindo riquezas para Minas e para o Brasil. Atualmente também estamos investindo R$ 45 milhões em projetos de autogeração e co-geração de energia elétrica. Nem é preciso dizer o que isto representa em experiência e, principalmente, em economia de energia elétrica.

Qual a sua visão de futuro para o setor de saneamento?

O Brasil terá de rever seu discurso. Hoje se diz que saneamento é fundamental, essencial, prioritário, mas as empresas continuam pagando mais em impostos sobre seus resultados do que investindo com recursos próprios. Isto não faz sentido. O ideal seria isentar as empresas do setor da carga tributária, obrigando, evidentemente, que o valor do imposto que não está sendo recolhido fosse direcionado a investimentos. Ou seja, a medida não serviria para aumentar o lucro e sim para efetivamente começarmos a caminhar para a universalização dos serviços. Em Minas, nós vamos caminhar de fato para esta universalização nas áreas atendidas pela Copasa, mas graças a um esforço gigantesco de gestão e a determinação do governo do Estado. Já o governo federal aumentou o PIS/COFINS nas empresas de saneamento de 2 para 6%. Um faz o discurso, o outro trabalha. Temos de ter em Brasília alguém que, de fato, trabalhe pelo saneamento.

Foto: William Moura

(A partir da esquerda) O representante do Banco Mundial, François Brikké, o presidente da Aesbe, Stenio Jacob, o ministro das Cidades Marcio Fortes e o Secretário Nacional de Saneamento, Leodegar Tiscoski.

Presidente da Aesbe participa de lançamento do selo do Brasil no Ano Internacional do Saneamento

Durante a 18ª edição da Reunião Ordinária do Conselho das Cidades – CONCIDADES – realizada de 7 a 9 de outubro, em Brasília, o presidente da Aesbe - Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Stênio Jacob, participou do lançamento do selo personalizado e do carimbo comemorativo "Brasil no Ano Internacional do Saneamento".

O evento realizado pelo Ministério das Cidades em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC), marcou a participação brasileira no Ano internacional do Saneamento. Data que foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A iniciativa faz parte das ações programadas pelo Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Conselho das Cidades. E tem como finalidade de mobilizar e articular segmentos da sociedade entorno do tema saneamento básico.

Participaram do evento, o ministro das Cidades Macio Fortes, o secretário Nacional de Saneamento Leodegar Tiscoski, o representante do Banco Mundial François Brikké, entre outras autoridades.

Fórum dos Secretários e Aesbe buscam índice de preços para o setor

O Fórum Nacional de Secretários de Saneamento em parceria com a Aesbe discutiram a criação de um índice específico para o saneamento básico a partir de uma proposta da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na avaliação do presidente da Aesbe, Stênio Jacob, a criação deste índice é fundamental para o equilíbrio econômico e financeiro dos projetos no setor de saneamento. Como não existe este referencial, o setor atua com os índices oficiais da construção civil (INCC) da FGV que, na avaliação de técnicos da Aesbe e da FGV, não reflete a realidade dos preços.

"Precisamos de um índice do setor, definido a partir de parâmetros fixados pelas empresas que operam o saneamento", informa Stênio, que considera o INCC como não apropriado para obras de construção e implantação de sistemas de água e esgoto. "Há diferenças muito grandes entre as obras de engenharia civil e as de saneamento, e é até provável que a fixação de um referencial específico venha a baixar os custos do setor", afirmou.

Para Stênio, a prioridade que está sendo dada pelo governo ao saneamento básico – em nível federal, a previsão é de se investir nos próximos anos mais de R$ 40 bilhões em todo o País – e o fato de estarmos comemorando o Ano Internacional do Saneamento, fixado pelas Nações Unidas, credencia o setor a buscar parâmetros específicos - afirmou.

Destaque

Conselho Curador do FGTS apresenta plano de reestruturação para o setor

A iniciativa possibilitará ao FGTS deixar de ser apenas financiador do segmento para se tornar sócio de empresas prestadoras dos serviços de água e de esgoto.

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) apresentou ao setor de saneamento um plano que visa melhorar a governança corporativa e a capacidade de endividamento e de investimento das Companhias Estaduais de Saneamento Básico. Esse plano foi apresentado no seminário realizado no dia 26 de novembro de 2008, em São Paulo. A iniciativa vem atender uma antiga reivindicação do setor de saneamento. A melhoria da gestão sempre foi um tema que a Aesbe defendeu junto ao governo federal, dentro de um modelo que implicasse em contrato de gestão, garantia de manutenção de princípios de boa governança com avaliação por meio de indicadores e com total apoio e participação dos governos estaduais.

Pelo projeto apresentado, o FGTS proporia a compra de ações de empresas com dificuldades na gestão, aplicando esses recursos em melhorias e na ampliação dos serviços. Em outra linha de atuação, o Conselho Curador estruturaria modelos de financiamentos alternativos aos atuais, ampliando a possibilidade das operadoras acessarem recursos para investimentos.

De acordo com os membros do Conselho, atualmente, apenas sete empresas estaduais de saneamento básico apresentam condições de tomar financiamentos, fato que compromete a ampliação dos serviços e a própria atividade do Fundo. Para atender essa situação, o plano foi formatado para contemplar tanto as companhias financeiramente saudáveis como as que se encontram em dificuldades.

Para as empresas saudáveis, o plano prevê investimentos com a aquisição de debêntures e Fundos de Investimento em Direito Creditório (FIDCs) e outros papéis de dívida. Para tanto, seria realizada a emissão desses instrumentos, com aquisição integral pelo FGTS em condições melhores do que as praticadas no mercado.

Para as companhias em dificuldades, é prevista a compra de até 49% das suas ações. Essa aquisição seria feita por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), formada por um fundo de investimento em participações (FIP) do FGTS e mais um co-investidor, público ou privado, que teria a função de trazer mais expertise ao negócio. O FIP seria formado a partir dos recursos do Fundo de Investimento em Infra-estrutura do FGTS.

A participação das concessionárias públicas interessadas no plano de reestruturação ocorrerá por adesão. O plano prevê diversas etapas, começando pela realização de diagnóstico e auditoria, seguido pelo cálculo dos valores dos aportes necessários e do estabelecimento do plano de negócios para que os recursos a serem aplicados tragam os benefícios previstos. "Somente as primeiras etapas já trazem ganhos significativos às companhias, na medida em que elas conhecem melhor a situação atual e os passos que precisam ser dados", afirmou Roberto Madoglio, gestor do Fundo de Investimento em Infra-estrutura do FGTS, da Caixa Econômica Federal (CEF).

Com essa iniciativa, o FGTS irá ampliar sua atuação deixando de ser apenas o financiador do setor, passando a ter participação minoritária nas empresas prestadoras dos serviços de saneamento básico. Segundo os representantes do Conselho Curador do FGTS, a nova atuação não interfere na função atual do Fundo e os recursos para financiamento serão mantidos, assim como o ritmo de crescimento, a partir dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A remuneração do Fundo deverá ser garantida sem nenhum prejuízo ao trabalhador e a participação dos governos estaduais é condição fundamental para que esse plano prospere.

Para as empresas, a proposta do FGTS foi bem recebida e poderá trazer grandes benefícios ao setor. Entretanto, um posicionamento definitivo só poderá ser adotado após a apresentação dos demais detalhes do plano, bem como da sua aprovação pelo governo federal.

A Regulamentação da Lei nº 11.445/2007

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades apresentou às entidades do setor, no dia 11 de dezembro, duas propostas de regulamentação da Lei nº 11.445/2007. Com essa iniciativa, o governo federal retoma as discussões sobre a elaboração do decreto suscitadas após a promulgação da Lei de Saneamento.

As propostas apresentadas pelo governo federal receberão contribuições das entidades do setor. Essas terão até o dia 27 de janeiro de 2009 para encaminhar à SNSA as sugestões de aprimoramento dos textos. Em contrapartida, a SNSA se comprometeu em consolidar as contribuições enviadas e minutar uma nova proposta que será apresentada às entidades até março de 2009. O novo texto será avaliado pelas entidades na Oficina de Trabalho sobre a Regulação da Lei 11.445/2007 prevista para ser realizada nos dias 5 e 6 de março de 2009.

O resultado desse processo será encaminhado para análise da Casa Civil e, posteriormente, à apreciação da Presidência da República. A íntegra das versões apresentadas pela SNSA está disponível no site da Aesbe, no link Documentos.

O histórico da regulamentação

Após a promulgação da Lei do Saneamento, surgiu um debate sobre a necessidade da sua regulamentação. Os favoráveis à medida alegavam que havia elementos obscuros ou que necessitavam de melhores esclarecimentos e a regulamentação federal poderia suprir essas lacunas. Outros entendiam que a Lei era auto-aplicável, que estava sendo implementada normalmente pelos titulares e operadores e que não havia ocorrido nenhum fato que requeresse eventuais esclarecimentos. Caberia aos Estados e municípios regulamentar esse dispositivo, como responsáveis pela gestão dos serviços de saneamento básico.

Essa questão chegou ao Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades, que se posicionou favoravelmente, entendendo, inclusive, que a regulamentação deveria abranger todo o conteúdo da Lei. Uma minuta de regulamento, patrocinada pelo Conselho das Cidades, foi disponibilizada ao setor pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), em agosto de 2007.

A discussão dessa minuta ressuscitou velhos procedimentos adotados no setor de saneamento. Argumentos e justificativas foram apresentados com pouca consistência e o conseqüente abandono da sensatez e da razão. Como resultado, ficaram em oposição no Conselho das Cidades os segmentos da cadeia produtiva (minoritário) e os movimentos sociais.

Mesmo considerando ser desnecessária essa regulamentação, diversas entidades entenderam que poderia ser editado tal documento, desde que fossem observados os seguintes princípios: a União só tem competência constitucional para regulamentar a política federal do saneamento, bem como nas áreas indígenas, de quilombolas e de interesse turístico, onde ela é responsável. Essa opinião, inclusive, é sustentada por renomados juristas; Estados e Municípios devem legislar concorrentemente na matéria, regulamentando a lei de acordo com as diretrizes nela definidas; para a regulamentação, em qualquer nível, devem ser evitados riscos de extrapolação do conteúdo da lei, inovando ou criando responsabilidades que invadam a autonomia ou as competências dos outros Entes federados; a regulamentação deve evitar riscos de incertezas jurídicas e discussões judiciais que obstruam o desenvolvimento do setor e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Depois de um ano de discussões, o Ministério das Cidades apresentou seu entendimento sobre a regulamentação da Lei nº 11.445/2007. Por se tratar de lei de diretrizes gerais, a regulamentação deverá se restringir às competências da União, sem criar inovações e nem invadir competências dos outros entes federados. Para um perfeito enquadramento no ordenamento jurídico, só poderão ser regulamentados artigos que dizem respeito à Política Federal de Saneamento.

Empresas melhoram prestação de serviços trocando experiências e tecnologias

Um dos objetivos da Aesbe é incentivar a parceria entre as associadas. Seja por intermédio das Câmaras Técnicas ou por convênio, as empresas estaduais de saneamento iniciaram uma intensa e constante troca de experiências, envolvendo, inclusive, empresas prestadoras de serviços de outros países. Os resultados desta prática já podem ser observados, por exemplo, na melhoria da gestão, controle de perdas, economia de energia, enfim, na otimização da prestação do serviço. A estratégia demonstra ser um sucesso e o maior beneficiário é o consumidor. Veja aqui alguns destes exemplos:

Acordo de cooperação técnica, uma nova realidade da Sabesp

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) se destaca por fechar acordos com companhias de saneamento de outros Estados brasileiros para melhorar processos, diminuir custos e promover o aprimoramento das condições de saúde pública, meio ambiente e de qualidade de vida.

Nesse sentido, a Sabesp já firmou termos de cooperação técnica com as empresas de saneamento Cesan (Espírito Santo), a Corsan (Rio Grande do Sul) e a Casal (Alagoas). Os acordos prevêem a busca pelas melhores práticas para otimizar o desempenho empresarial (*benchmarking*) e ainda o desenvolvimento de projetos entre as empresas, no âmbito das áreas técnicas, operacionais, jurídicas, comerciais e administrativas.

Uma das tecnologias da Sabesp que têm chamado a atenção dos técnicos de companhia é o Aqualog - Tecnologia da Água – projeto para automação dos sistemas de produção de água tratada, que traz benefícios diretos, como aumento de produtividade, economia de energia elétrica, diminuição da quantidade de produtos químicos utilizados no processo e melhoria do indicador de perdas.

Com o Aqualog, a Sabesp chegou a uma economia de até 27,3% com sulfato de alumínio e de até 24,3% em energia elétrica (kWh/m³). Na unidade responsável pela região do Vale do Ribeira, em São Paulo, a atuação dessa tecnologia trouxe redução do custo da mão-de-obra operacional em 75%, equivalente à R$ 4,5 milhões/ano.

Além disso, o programa de combate às perdas resultou na diminuição de vazamento de 32% (em 2006) para 28,8% (em 2008). A meta da Sabesp é chegar em 2010 a um patamar de 24% de perdas. Como evidência desse sucesso, algumas cidades operadas pela empresa já atingiram padrão internacional, como são os casos de Lins (7%), Jales (9,2%) e Franca (19,7%).

Foto: Odair Faria | Sabesp

Aqualog - Tecnologia da água: projeto para automação dos sistemas de produção de água tratada, apresentada na Fenasan 2008.

Foto: Arquivo Embasa - BA

Cesan (ES) e Compesa (PE) estão adotando barreiras de proteção de qualidade da água, sistema elaborado por técnicos da Embasa (BA).

Sistema de avaliação da Embasa é adotado em outros Estados

O conhecimento produzido pelos profissionais da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) está sendo levado para outras companhias estaduais de saneamento. As Barreiras de Proteção da Qualidade da Água, sistema de avaliação desenvolvido pela Superintendência Norte – ON, visa promover a adoção de boas práticas operacionais nos Sistemas de Abastecimento de Água para diminuir os riscos à saúde da população atendida pela empresa, já está sendo adotado pela Cesan (ES) e Compesa (PE). Durante apresentação dos técnicos Noelson Aquino e Márcia Kauark, na Câmara Técnica de Controle da Qualidade da Água da Aesbe, em 2007, os profissionais das respectivas empresas conheceram a metodologia e decidiram adotá-la.

As Barreiras de Proteção são critérios de avaliação que atestam se determinado Sistema de Abastecimento de Água, em todas as suas partes constituintes, cumpre as exigências da Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde, visando garantir a potabilidade da água para a população. A partir do relatório de avaliação, é possível conhecer o que é preciso ser feito para se enquadrar na norma. Esta metodologia de avaliação permite preparar qualquer sistema de abastecimento da empresa baiana de saneamento para auditorias da Vigilância Sanitária estadual ou municipal, como prevê a Portaria nº 518/2004.

De acordo com o químico Noelson Aquino, em 2007, seis sistemas da ON foram examinados segundo as Barreiras de Proteção. Das avaliações, foi possível certificar internamente o sistema de Irecê, que atendeu a critérios de qualidade em suas práticas operacionais. Os outros sistemas receberam seus relatórios de avaliação, a maioria dentro da conformidade, mas sem pontuação suficiente para a certificação e, agora, já se sabe o que deve ser melhorado. Ainda este ano, a aplicação das Barreiras de Proteção vai incluir alguns sistemas das Superintendências Sul e municípios da Região Metropolitana de Salvador.

Débora Ximenes
Assessoria de Imprensa da Embasa

Saneago compartilha a tecnologia do hidrômetro individualizado

Todos os envolvidos no processo de individualização de hidrômetro saem ganhando. É o que tem constatado a Saneamento de Goiás S/A – Saneago desde quando iniciou esta prática nas principais cidades do Estado de Goiás, tecnologia que a empresa vem repassando também a outras companhias estaduais. A economia na conta de água tem sido a principal vantagem de quem optou pela individualização de hidrômetro. Há pouco mais de cinco anos, a individualização de hidrômetro em condomínios residenciais se intensificou na cidade de Goiânia. E a Saneago tem sido referência para outras companhias de saneamento que procuram adotar este procedimento.

Na cidade de Goiânia, ainda não existe uma regulamentação promulgada pelo Município que obrigue a concessionária local, no caso a Saneago, a disponibilizar aos condomínios o fornecimento de água na forma individualizada. A companhia de saneamento goiana adotou procedimentos internos de acordo com a demanda de empresas de engenharia e administradores de condomínios. A Saneago conta com o apoio do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás (Crea-GO) e obedece às Resoluções nº 002/2008 e nº 745/2008, promulgadas pelo Conselho de Gestão da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), às quais especificam procedimentos para a cobrança de serviços em ligações individualizadas em condomínios.

Dentre as vantagens da implementação do fornecimento de água na forma individualizada, podem ser destacadas: medição real do consumo de cada unidade habitacional, racionalização do consumo, maior facilidade para a detecção de vazamentos internos, diminuição do consumo de energia elétrica dos condomínios, maior facilidade de acesso ao medidor por parte do cliente, dentre outras.

Economia de 36%

Entre todas as vantagens, a principal delas é a economia no consumo de água tratada. Um condomínio residencial localizado em Goiânia serve como bom exemplo dessa economia. O condomínio, com 68 apartamentos, no mês de abril de 2007 consumiu 1.513 metros cúbicos de água e rateou entre os condôminos o valor total de R$ 5.972,62, que, dividido para cada condômino, resultou numa conta de R$ 87,84 para cada um. Após a realização da individualização do hidrômetro, o mesmo condomínio teve um consumo de 955 metros cúbicos de água, o que totalizou numa conta de R$ 3.807,64, que, dividida para cada unidade, totalizou R$ 56,00, uma economia de 36%.

No Estado de Goiás, em municípios operados pela Saneago (mais de 90% dos municípios goianos são operados pela companhia), existiam, até o mês de setembro de 2008, 612 condomínios residenciais com fornecimento de água tratada na forma individualizada. Os edifícios mais antigos têm procurado a Saneago para a realização da individualização de hidrômetro. Já os novos, geralmente têm optado pela individualização, o que acaba sendo um chamariz ao cliente na hora da venda.

O interessado no procedimento, ao procurar um dos escritórios ou postos de atendimento da Saneago, já recebe todas as informações necessárias e o Termo de Instruções, além de um kit contendo roteiro para a individualização, procedimentos técnicos, resoluções, modelo de padrão de ligação e uma planilha.

Bruno Rocha - Assessoria de Comunicação da Saneago

Foto: Antonio Marcos | Saneago

Em Goiânia, o hidrômetro individualizado permite maior economia de água. A tecnologia vem sendo repassada a outras companhias estaduais.

Cesan e Copasa estabelecem parceria

A Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) assinaram, em 28 de agosto de 2008, um Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica, visando à realização de atividades de interesse comum, com duração de dois anos.

A parceria abrange a troca de informações sobre desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e transferência de tecnologia nas áreas de engenharia, projetos, obras, operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Também prevê a realização de projetos de desenvolvimento institucional nos campos de administração, transportes, suprimentos, recursos humanos, planejamento, comercial, financeiro, informática e meio ambiente.

A Cesan e a Copasa firmaram um convênio em novembro de 2006 para envasamento de 40 cilindros de cloro de 900 quilos por mês, de propriedade da Cesan, nas instalações da Copasa, que já detinha a tecnologia de envasamento. O convênio teve duração de mais de dois anos.

O serviço era realizado na Central de Produtos Químicos da Companhia Mineira de Saneamento, a quem competia envasar os cilindros. Já a Cesan ficou responsável por fornecer o transporte dos cilindros e entregar 36 toneladas de cloro a granel à Copasa, mensalmente, entre outras competências.

Almir Casagrande
Ascom Cesan

Caesb e Caesa prorrogam cooperação

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) assinaram um aditivo para prorrogar por 12 meses o Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as duas empresas em 2007. Com isso, o Programa de Reestruturação Empresarial da companhia do Amapá, que pretende racionalizar e modernizar as atividades técnicas e operacionais desenvolvidas por ela, terá continuidade.

A gerente de Desenvolvimento Institucional da Caesa, Patrícia Brito, declarou que o plano de cargos, carreiras e salários da Caesa é fruto desse convênio.

Segundo o assessor de Planejamento, Acylino Santos, que coordena o acordo na Caesb, a principal ação desenvolvida neste primeiro ano foi a elaboração da documentação necessária para viabilizar a liberação dos recursos financeiros disponibilizados para a Caesa no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

Água pré-paga

A Caesb assinou um acordo de cooperação técnica com a Johannesburg Water, a companhia de saneamento da cidade de Johanesburgo, na África do Sul. As empresas irão trocar experiências referentes a individualização de hidrômetros e o sistema pré-pago de água, utilizado em algumas áreas da maior cidade sul-africana.

Francisco Nóbrega
Ascom Caesb

Copasa: Parceria em Angola

Com o objetivo de transmitir sua tecnologia e conhecimento, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) vem, nos últimos anos, firmando convênios com empresas de saneamento no Brasil e no exterior. Essas parcerias são essenciais para que as companhias sem o *"know how"* em certas áreas – desde operacional à comercial, passando por outros processos internos como o *marketing* – possam aprender sobre os procedimentos que são exemplos de excelência no setor de saneamento.

Atualmente, a Copasa é parceira de duas grandes instituições de saneamento: a Empresa Pública de Águas de Luanda (Epal), em Angola, e a Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap), em Cuiabá, no Mato Grosso. Em ambos os casos, a companhia mineira presta consultoria, efetuando um intercâmbio de informações, tecnologia e até mesmo de pessoas.

O convênio com a Sanecap é de dois anos e foi assinado em outubro de 2007, com o valor de R$ 700 mil.

Já a parceria com a Epal foi firmada em dezembro de 2006 e, em maio de 2008, foi prorrogada por mais 18 meses, no valor de US$ 1,6 milhão. Durante esse período, cerca de 30 empregados da Copasa já foram a Luanda para compartilhar seus conhecimentos.

Por esse contrato, realizado em parceria com a Construtora Odebrecht, a Copasa presta consultoria em processos de reestruturação, o que permite o aprimoramento dos procedimentos na empresa angolana.

Solange Xavier
Imprensa da Copasa

Foto: Marlete Pires | Caer

Evandro Moreira, presidente da Caer (à esquerda), junto aos diretores da empresa e o consultor da Cagece.

Caer e Cagece unidas na melhoria da gestão

Desde 2005, as companhias de saneamento de Roraima (Caer) e do Ceará (Cagece) mantêm um acordo de cooperação técnica com o objetivo de propiciar intercâmbio entre as empresas, visando principalmente a melhoria dos processos gerenciais, tecnológicos e operacionais. Todos esses esforços têm como foco a modernização dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos operados pela Caer.

O acordo já consolidou processos que culminaram em diagnósticos e elaboração de projetos no âmbito de sistemas de tratamento de água; implantação de programa de controle operacional e redução de perdas; estudos e proposições nas áreas de micromedição, macromedição e pitometria (controle de vazão e pressão). Na área administrativa, a Cagece contribuiu na elaboração de termos de referência de processos de licitação.

Hoje, a cooperação técnica entre as companhias está na elaboração e implantação do planejamento estratégico da Caer. Batizado de Projeto Águia, o planejamento estratégico visa alcançar metas de modernização da gestão administrativa, redução das perdas, melhoria das instalações físicas e aumento da eficiência na gestão do saneamento ambiental em Roraima.

Para o presidente da Caer, Evandro Moreira, o acordo é de suma importância, visto que a Companhia do Ceará passou por inovações gerenciais e tecnológicas que transformaram a empresa em modelo para todo país. Ele afirma que, "a Cagece é uma referência em planejamento e gestão na área do saneamento, um modelo a ser seguido pelas companhias que, a exemplo da Caer, buscam elevada qualidade dos serviços prestados e maximização da rentabilidade. Para a Caer, o futuro é hoje, não há tempo a perder. Todos os esforços necessários serão envidados no sentido de fazer da companhia uma das melhores empresas de saneamento do país, contando com o suporte do Ministério das Cidades, da Cagece e de outras empresas voltadas para a excelência em gestão".

Camila Dall'Agnol
Ascom Caer

Foto: Marcos Lima | Casal

Governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho (com o microfone), a missão da Sabesp e a diretoria da Casal.

Casal muda seu modelo de gestão e faz parceria com Sabesp e Cagece

A Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) mantém parceria com as empresas de saneamento Sabesp (SP) e Cagece (CE). A Sabesp auxilia na montagem de Programa de Combate e Controle de Perdas (PCCP), enquanto a Cagece ajuda na implantação de novo organograma que cria Unidades de Negócio.

Os primeiros contatos com a Sabesp aconteceram em fevereiro de 2008, quando uma missão da Casal esteve em São Paulo - a partir desse encontro, foi montado um plano de trabalho. Em março, uma missão da empresa paulista esteve em Maceió, sendo recebida pela diretoria da Casal e pelo governador Teotonio Vilela Filho. Na oportunidade, foi feito o detalhamento do plano de trabalho, seguindo as diretrizes do planejamento estratégico, denominado de Programa Estratégico de Gestão (PEG).

O segundo projeto - redução de perdas aparentes - estabelece como primeira atividade a gestão da micromedição, que começou com a elaboração de Termo de Referência para aquisição de 54 mil hidrômetros, via Ata de Registro de Preços da Sabesp, o que foi uma experiência pioneira na Casal. A empresa já recebeu parte desses equipamentos e iniciou a instalação na capital, Maceió, e nas 10 maiores cidades de Alagoas (Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Olho d'Água das Flores, Delmiro Gouveia, Piranhas, Rio Largo, Pilar, Barra de São Miguel e Maragogi).

Outras atividades também representam avanço na implantação do Programa de Combate e Controle de Perdas, entre elas a determinação do Balanço Hídrico, onde são apuradas as perdas dos sistemas para as regionais de Maceió, Bacia Leiteira, Sertão e Agreste, permitindo que a Casal tenha uma visão mais acurada de como a água vem sendo utilizada nesses sistemas. Dentro dessa linha, a companhia está adotando os conceitos de índice de perdas por ligação, de volume disponibilizado e de volume utilizado, em substituição ao critério de perdas calculadas apenas como percentual. No final de novembro de 2008, foi feita uma avaliação para ajustes e adequações necessárias.

A assistência técnica da Sabesp é importante porque, com ela, a Casal vem mudando sua forma de trabalhar na gestão operacional e no controle e redução das perdas (reais e aparentes). A expectativa da continuidade desse trabalho é de ampliar para outras áreas a transferência de conhecimento e tecnologia entre as empresas.

Assessor de Comunicação
José Francisco Alves

Foto: Juracy Meireles | Caema

Presidente da Caema, Rubem Brito, no ato da assinatura do convênio de cooperação técnica com a Cagece.

Caema e Cagece assinam convênio de cooperação técnica

Em nome do desenvolvimento, do intercâmbio de conhecimentos técnicos, da troca de experiência, modernização e racionalização dos processos produtivos, a Caema (Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão) e a Cagece (Companhia de Água e Esgoto do Ceará, assinaram no dia 15 de outubro convênio de cooperação técnica para que a segunda preste assistência na implantação do projeto de planejamento estratégico da Empresa maranhense.

A assinatura do documento ocorreu na sede da Caema em São Luís pelo Presidente da Caema, o engenheiro Rubem Brito, pelo diretor Administrativo e Financeiro, Durval Nascimento Santos e em Fortaleza pelo Presidente da Cagece, Henrique Vieira Costa Lima e pelo diretor de Gestão Empresarial da Companhia cearense, Carlos Alberto Jucá Ribeiro.

O convênio terá vigência de 02 (dois) anos, com partilhamento de estudos, levantamentos situacionais, elaboração de relatórios, além de treinamentos, normatização e compartilhamento de trabalhos correlatos. As atividades serão desenvolvidas na sede e nas unidades administrativas da Caema.

A coordenação de todas as ações contidas no escopo do convênio a serem desenvolvidas entre as duas companhias será feita pelo diretor Administrativo e Financeiro da Caema, Durval Nascimento Santos e Mozart Brandão Júnior, diretor do Núcleo de Cooperação Técnica e Consultoria da Cagece.

Lorinaldo Pires
Ascom Caema

"A troca de experiências entre as companhias tem se mostrado cada vez mais eficiente e proveitosa para ambas as partes, o que tem ampliado o número de projetos de cooperação técnica e econômica firmados entre empresas do setor. Este convênio, reflete a preocupação da Caema com a melhoria da qualidade dos serviços prestados para a população"

Rubem Brito, presidente da Caema

Caer expande coleta e tratamento de esgotos em Boa Vista

Foto: Antonio Diniz

Em Boa Vista, a Caer moderniza os serviços considerando o crescimento populacional e a preservação ambiental.

A Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – Caer está investindo pesado para ampliar e modernizar o seu atual sistema de coleta e tratamento de esgotos de Boa Vista. A iniciativa visa aumentar a qualidade do serviço prestado na capital, observando os procedimentos necessários à redução dos impactos ambientais oriundos do tratamento de esgotos e à segurança da população.

As melhorias do sistema estão sendo realizadas tendo como prioridade a atenção às questões ambientais e sanitárias. A preocupação da companhia justifica-se pelo fato de a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista ser circundada por bairros residenciais, mata ciliar e igarapés.

A necessidade de ampliar o sistema atual e moderniza-lo é evidente, mas isso não poderia ser feito de forma irresponsável ou aleatória. É o que explica um dos engenheiros responsáveis pela elaboração do projeto, Neri Chilanti. "Todos os estudos feitos antes da conclusão do projeto levaram em consideração o crescimento populacional e o conseqüente aumento de material coletado e tratado e a conservação ambiental.", explica Neri.

O engenheiro frisa também que, tendo um sistema seguro de coleta e, mesmo, de tratamento dos esgotos, a possibilidade de acidentes ambientais se reduz a zero. "Um sistema como o da Caer garante que o esgoto coletado não seja escoado em locais sem preparo para recebê-lo."

Hoje, a companhia atende 18% da cidade e trata 100% do que coleta, com capacidade de tratamento de cerca de 350 l/seg, com a implantação do projeto a cidade será atendida com 56% de cobertura e capacidade de tratamento de 1.950 l/seg, que atenderá a capital até 2028. Para isso, todo o sistema existente será recuperado, com 7 elevatórias reformadas, das 13 existentes, e mais 8 serão construídas, o sistema será expandido com a construção de aproximadamente 300 km de novas redes, e implantação de 21.000 novas ligações domiciliares.

A ETE será completamente alterada para aumentar o tempo de maturação e a capacidade de tratamento. Serão construídos um sistema primário que vai separar os resíduos sólidos dos líquidos antes de chegar às lagoas e um emissário gravitacional que vai levar a água tratada direto para o Rio Branco, principal rio da região e com maior capacidade de depuração.

Para o presidente da Caer, Evandro Moreira, a preocupação com as questões ambientais está diretamente ligada a própria realização da obra. "Sem saneamento básico adequado e um sistema responsável de coleta e tratamento de esgotos não há como preservar".

O convênio firmado com a Caixa Econômica Federal garantiu um montante de R$ 124 milhões, oriundos do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, para realização do projeto, o que deve acontecer no início de 2009.

Camila Dall'Agnol
Ascom Caer

Turbinando a Ecologia

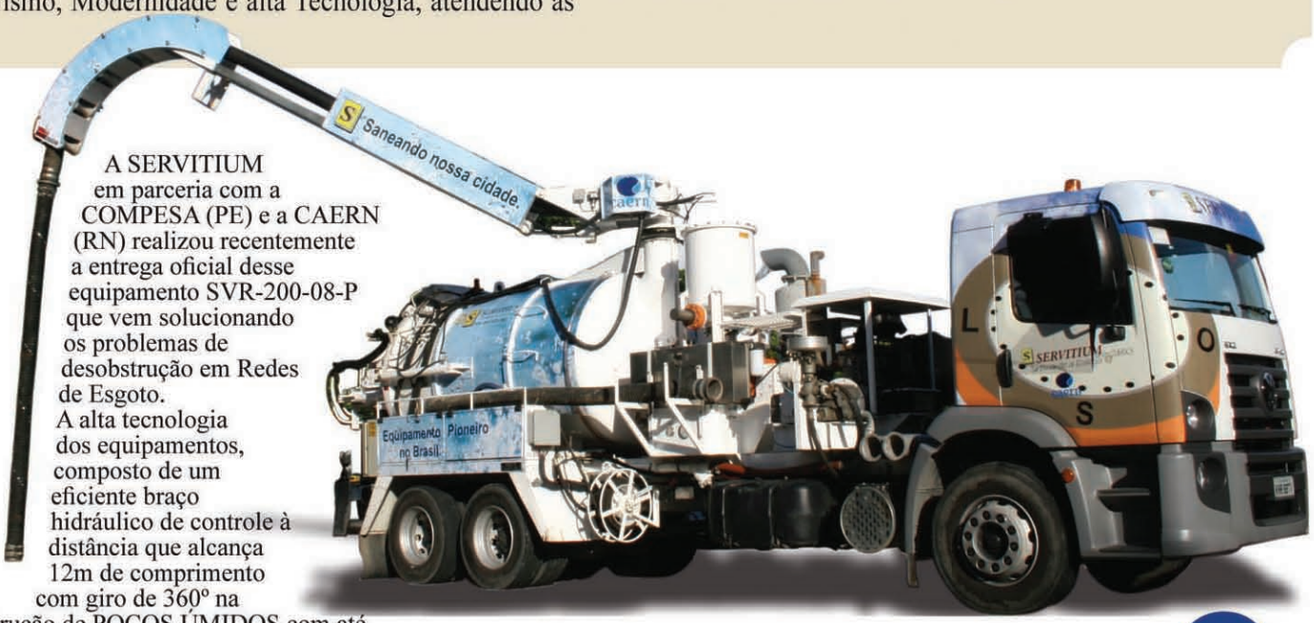
A SERVITIUM LIMPA E DESOBSTRUI POÇOS ÚMIDOS COM PIONEIRISMO NO BRASIL

Com o equipamento SVR-200-08-P, QUE COMBINA LIMPEZA POR ALTA SUCÇÃO / VÁCUO E HIDROJATEAMENTO À ALTA PRESSÃO, a desobstrução de POÇOS ÚMIDOS que era realizada em dois dias com contato humano, de forma manual, hoje, é executada em duas horas, de forma ecológica, segura e eficiente, através do processo de sucção e limpeza de detritos de origem (seca, líquida e pastosa). O equipamento atende tubulações de pequenos e grandes diâmetros, com baixo custo operacional.

A SERVITIUM homenageia na Programação Visual do seu equipamento o Engº Saturnino de Brito, por seu pioneirismo de implantar na cidade do Recife no início do século passado o mais moderno sistema de SANEAMENTO BÁSICO do BRASIL.

compesa

A SERVITIUM LTDA., empresa sediada em Recife-PE, atuante no mercado há mais de 13 anos, vem se dedicando ao longo da sua história a área de SANEAMENTO, especializando-se em LIMPEZA MECANIZADA DE REDE DE ESGOTO E GALERIAS, onde se revela pelo seu Pioneirismo, Modernidade e alta Tecnologia, atendendo às grandes Companhias Estatais de Saneamento e Prefeituras de vários Estados brasileiro, com objetivos ecológicos e cuidados com o ambiente. Seu Equipamento tipo "VAC ALL", dispõe de soluções para o fim dos alagamentos e obstruções das galerias e redes de esgoto.



A SERVITIUM em parceria com a COMPESA (PE) e a CAERN (RN) realizou recentemente a entrega oficial desse equipamento SVR-200-08-P que vem solucionando os problemas de desobstrução em Redes de Esgoto.
A alta tecnologia dos equipamentos, composto de um eficiente braço hidráulico de controle à distância que alcança 12m de comprimento com giro de 360º na desobstrução de POÇOS ÚMIDOS com até 60m de profundidade, proporciona facilidade na sua operação, com rapidez e eficiência em locais de grande tráfego e difícil acesso.

A SERVITIUM na sua Programação Visual do seu equipamento destaca o Relógio do Sol da cidade de Natal/RN

caern

O diferencial da SERVITIUM é a qualidade e eficiência de seus profissionais, que capacitados e bem treinados, desenvolvem uma gestão integrada, seguindo sua Certificação do ISO 9001-2000 pela BRTUV, respeitando sempre o ser humano e o ambiente.

SERVITIUM

Turbinando a Ecologia

Fone: (81) 3228.2482

www. servitium.com.br

E-mail: servitium@servitium.com.br

Foto: Joaquim Souza | Aesbe

Antônio Pozzobon, gerente contábil da Sanepar, em apresentação do Plano de Contas das companhias.

Companhias preparam-se para mudanças nos procedimentos contábeis

As Companhias Estaduais de Saneamento começam a uniformizar os procedimentos e critérios contábeis. O objetivo é promover a atualização dos planos de contas das empresas e favorecer a convergência dessas práticas para o padrão internacional contábil - IFRS (International Financial Reporting Standard).

A Câmara Técnica de Contabilidade e de Finanças da Aesbe elaborou um modelo de Plano de Contas para atender às exigências contábeis previstas na Lei 11.455/07, que estabelece diretrizes para o setor de saneamento. O Plano de Contas contém os principais itens de uma estrutura contábil e poderá servir de referencial para o conjunto das empresas de saneamento, sem prejuízo de possíveis adequações que, porventura, algumas empresas necessitem implementar.

Para facilitar a aplicação e utilização desse modelo, foi contratado pela Aesbe o desenvolvimento de um manual contábil, atualmente em fase de elaboração pela empresa de consultoria Pricewaterhouse-Coopers - PwC.

O manual, previsto para ser concluído no final de 2008, será uma espécie de guia com indicações sobre o funcionamento, a aplicação e o uso de cada uma das contas e subcontas utilizadas nas operações contábeis e financeiras das companhias, padronizando assim as práticas a serem adotadas.

Além de otimizar procedimentos o manual segue as determinações da Lei de Diretrizes do Saneamento que estabelece, para as operadoras dos serviços de água e de esgoto, a obrigatoriedade de exercer maiores controles, como a implantação e manutenção de um sistema contábil específico que permita o registro e demonstração, separadamente, dos custos, despesas e receitas de cada serviço prestado, em cada um dos municípios atendidos.

O manual também incorpora as premissas e mudanças determinadas pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, conhecida como a nova Lei das SAs, que alterou alguns dispositivos da Lei 6.404/76. A nova Lei das SAs prevê obrigações que devem ser cumpridas gradativamente a partir de 2008, como a forma de classificação e apresentação de contas patrimoniais, escrituração e elaboração de demonstrativos financeiros e avaliação de Ativos e Passivos.

Com as recentes alterações, as empresas de capital aberto terão de apresentar, além dos tradicionais balanços, uma demonstração dos fluxos de caixa, segregada em três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos, além da demonstração do valor adicionado, que mostra a riqueza gerada, distribuída e retida pela empresa. A demonstração dos fluxos de caixa substituirá a DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

As empresas de grande porte, constituídas sob a forma de sociedade por ações ou limitadas que tiverem, no exercício anterior, ativo total superior a R$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R$ 300 milhões, terão que cumprir as disposições da Lei nº.

6.404, bem como alterações introduzidas pela Lei 11.638, na escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Monetários - CVM.

Outra modificação expressiva refere-se aos critérios de avaliação dos Ativos e Passivos, que tem como conseqüência o registro contábil dos ajustes decorrentes dos aumentos e diminuições do valor atribuído a elementos do ativo e do passivo em função de sua avaliação a preço de mercado. Tradicionalmente, os bens patrimoniais são registrados e realizados pelos seus custos históricos ou reavaliados. Não será mais apresentado o valor que a empresa pagou ou investiu pelo bem, mas o quanto o mercado atribui de valor.

Essas alterações promoverão a aproximação das práticas brasileiras ao padrão internacional de contabilidade, o IFRS (International Financial Reporting Standard), que trabalha essencialmente com a lógica do valor de mercado.

Mais de 100 países já utilizaram, permitem ou estão em fase de convergência ao IFRS e a tendência observada é a adoção desse padrão em nível mundial. Com isso, as empresas esperam convergir para uma linguagem contábil comum, em conformidade com o processo de globalização experimentado mundialmente.

"A Europa, desde 2004, já utiliza esse padrão. Os Estados Unidos terão até 2014 para se adaptarem. No Brasil, as empresas de sociedade anônima terão até 2010 para incorporarem o IFRS e o Banco Central já determinou aos bancos que iniciem o processo.", afirmou Douglas Oliveira, sócio da Pricewaterhouse-Coopers.

O manual do Plano de contas está em fase de desenvolvimento e a estimativa de sua conclusão é início de 2009. Após essa etapa, os profissionais da PricewaterhouseCoopers ministrarão workshop para a qualificação dos técnicos que utilizarão essa ferramenta nas companhias.

Douglas Oliveira

Qual a importância do desenvolvimento do manual do plano de contas para o setor de saneamento?

"Estamos vivendo um momento muito favorável em que alguns setores discutem a padronização das leis e normas contábeis. A Aesbe teve a feliz iniciativa de trazer à discussão a homogeneização de procedimentos já existentes, incorporando às novas exigências regulatórias e da Lei das SAs. O manual trará mais transparência às empresas e promoverá a uniformização das informações contábeis, harmonizando as práticas desse segmento."

O manual está sendo elaborado em conformidade com as recentes alterações contábeis. Isso possibilitará que as companhias estaduais do setor, independente de tamanho e composição, sejam igualmente atendidas?

"Sim. Embora a maior parte das alterações propostas na Lei das SAs seja dirigida às companhias de capital aberto e às de grande porte, todas as empresas deverão adotá-las. Se uma pequena empresa, por exemplo, visa ampliar seus negócios, será mais fácil fazê-lo a partir da adoção dessas determinações. Pois, a análise das informações apresentada a terceiros será mais facilmente analisada. "

O manual deverá sofrer alterações posteriores. Como será essa manutenção?

"À medida que surja necessidade, deverão ser realizadas revisões periódicas. Os órgãos reguladores, como CVM, e as entidades contábeis, como CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e CFC (Conselho Federal de Contabilidade), emitem normativos periodicamente para atualização e esclarecimentos sobre aplicação de práticas contábeis. Com a nova Lei das SAs, não será diferente. Há necessidade de revisar e atualizar o manual a cada período. É comum entre as empresas que adotam manuais contábeis, como no setor de energia e os bancos. É provável que isso aconteça com as companhias estaduais de saneamento, pois o setor ainda está em fase de regulação. Acredito que possíveis alterações não sejam discrepantes da lógica vigente e estarão alinhadas com a prática contábil internacional."

Foto: Odair Faria | Sabesp

A maior parte das Companhias Estaduais de Saneamento Básico realiza a leitura dos hidrômetros residenciais pelo método simultâneo de faturamento e emissão da conta (foto). Para os grandes clientes, algumas companhias utilizam a Telemetria.

Associadas da Aesbe têm consumo de água medido por Telemetria

O avanço tecnológico já permite ao consumidor acompanhar seu gasto mensal de água pela Internet. A chamada "telemetria", além de facilitar a vida do usuário, possibilita às empresas prestadoras do serviço de água reduzir desperdícios, detectar vazamentos de forma mais rápida e eficiente e diminuir os erros de leituras. Testada há mais de dez anos, a solução tecnológica vem sendo adotada em pelo menos quatro das empresas associadas da Aesbe, permitindo a gestão de consumo de água à distância por canais analógicos e digitais, em tempo real, via rádio-freqüência ou pela Internet.

A Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar – foi uma das pioneiras a utilizar este equipamento, ainda na década de 90, em projeto piloto. Depois dela veio a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e, logo em seguida, a Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). No momento, este novo sistema está sendo implantado apenas nos grandes consumidores com consumo médio mensal a partir de 1.000 m^3/mês.

A Sanepar, em seu projeto piloto, implantou a transmissão através de linha telefônica discada, conexão em reed switch (interruptor de lâmina que abre e fecha conforme a ação de um campo magnético) e modem em dois grandes clientes. Numa indústria fabricante de enzimas chamada Nova Nordisk, em 1992, e na Brahma, hoje Ambev, em 1996. O sistema reduziu as perdas na gestão de consumo e trouxe novas expectativas para o setor de saneamento. Segundo o gerente da US. Medidores de Vazão, Agostinho Müller, hoje a companhia já está aplicando a telemetria em grandes clientes de consumos notáveis e em clientes locais de difícil acesso para os leituristas.

Ele explica que, no início, os custos deste equipamento eram muito altos por utilizarem tecnologia fixa ou móvel com uso de fios ou chip. No entanto, várias empresas iniciaram projetos pilotos em

áreas de difícil acesso e em áreas com alta incidência de fraudes nos medidores. Com estes projetos, foi possível verificar a dimensão dos investimentos, priorizando especificamente cada área para iniciar a implantação do projeto definitivo.

A Sabesp foi outra associada da Aesbe pioneira no desenvolvimento da Telemetria para o setor de saneamento. Seus técnicos apresentaram uma solução que envolve uma tecnologia de ponta em comunicação M2M (*machine-to-machine*). A tecnologia permite combinar integração do equipamento (dados via *web*) com informações sobre anormalidade de consumo, por exemplo, vazamentos. O primeiro cliente da Sabesp a utilizar este sistema foi o Metrô de São Paulo, que, já nos primeiros meses, conseguiu bons resultados na gestão de seu consumo, antecipando a identificação de grandes vazamentos. Essa implantação teve início em maio de 2007.

Outra associada da Aesbe, que passou a implantar esse sistema é a Compesa. A instalação dos novos equipamentos foi iniciada em agosto de 2008, mas o projeto já estava sendo usado em Pernambuco pelas empresas Infraero, Bunge e Ceasar Park em caráter experimental. A Tecon/Suape será a primeira empresa a receber a telemetria dentro do cronograma permanente do projeto. "A iniciativa vai gerar mais transparência e segurança para os clientes", disse o diretor Comercial de Atendimento, Décio Padilha. Segundo ele, pelo novo sistema os clientes poderão acompanhar sistematicamente os gastos com água, identificar vazamentos ou ausência de abastecimento, além de analisar o comportamento dos seus funcionários no tocante ao desperdício.

A Copasa também concluiu os estudos e testes para a implantação desse novo sistema em duas grandes empresas, a Belgo Bekaert e o Expominas. O sistema já vem apresentando ótimos resultados e a Copasa já está preparando sua expansão para outros 1000 clientes de grande porte.

Segundo o técnico Arnaldo Reis, esta tecnologia vem sendo utilizada na Europa e a Copasa também se tornou uma das pioneiras em sua implantação no Brasil. "Acreditamos que, com essa nova tecnologia, daremos um enorme salto em qualidade, desempenho e gestão da micromedição", afirmou. O sistema ainda é restrito a clientes de grande porte, mas a Copasa pretende, até 2010, estender o serviço a outros clientes.

Sistema Pirapama.

A maior obra de abastecimento de água da história de Pernambuco.

O Governo de Pernambuco, através da Compesa, está realizando o maior programa de abastecimento de água do nosso Estado, o Água para Todos. O Sistema Pirapama é uma grande obra estruturadora deste programa, que visa universalizar o abastecimento de água em Pernambuco. Em menos de 3 anos, Pirapama vai aumentar a oferta de água em 50% na Região Metropolitana do Recife, melhorando a vida de 3,5 milhões de pernambucanos. É o Governo de Pernambuco cumprindo o compromisso de levar água para todos.

BNDES Ministério da Integração Nacional BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL compesa SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS GOVERNO DE Pernambuco

Plano de metas da Sanesul, gestão participativa e o reconhecimento do mérito coletivo

André Soukef Oliveira

Gerente de Desenvolvimento Estratégico e Coordenador do Grupo Plano de Metas da Sanesul

Foto: Arquivo Sanesul

André Soukef Oliveira

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul implantou há sete anos o Plano de Metas, sistema próprio de participação dos empregados nos resultados da Companhia, legalmente amparado pela Lei 10.101/00, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas.

Este mecanismo de incentivo consolidou-se como importante mecanismo de indução ao desenvolvimento da empresa, estabelecendo metas anuais, progressivamente mais desafiadoras e adequadas às características locais dos sistemas operados.

Características básicas do Plano de Metas

O setor de saneamento possui um conjunto bastante significativo de indicadores de resultados. Ao longo dos anos, a Sanesul sistematizou essas medições e criou o SIIG – Sistema de Informações Integradas Gerenciais, sendo acessível em rede para os empregados. No entanto, objetivando um sistema simples e ágil, foram escolhidos para o Plano de Metas quatro indicadores que pudessem mensurar essencialmente os desafios centrais da empresa. São eles:

- Indicador de Eficiência Técnica - Índice de Perdas de Água por Ligação (IPL);
- Indicador de Eficiência Comercial – Índice de Arrecadação (IA);
- Indicador de Qualidade do Produto – Índice de Qualidade da Água (IQA);
- Indicador de Eficiência Financeira – Margem das Despesas de Exploração (Mdex).

A definição das metas é realizada anualmente pela Diretoria Executiva, utilizando-se os estudos do Planejamento Econômico e Financeiro de Curto Prazo – PCP, com base em dados históricos, Plano de Investimentos e projeções físicas e econômico-financeiras.

Os resultados são analisados em três níveis: Administração Central, Gerências Regionais e Localidades por meio de ponderações diferenciadas entre os indicadores, levando-se em conta o grau de intervenção possível e a competência de cada instância.

Essa solução deve-se à estrutura organizacional da Empresa e às competências de cada nível, sendo que as Gerências Regionais possuem responsabilidades diretas no acompanhamento e controle das receitas operacionais e despesas de exploração, responsabilidades indiretas, mas solidárias no acompanhamento da arrecadação e trabalha em conjunto com as localidades e Administração Central na redução das perdas de água.

Permitiu-se com isso, a definição de um modelo que prioriza a ação descentralizada, mas não em detrimento da ação conjunta, pois todos os sistemas convergem e impactam os resultados finais da empresa. Estabelece-se assim, uma retroalimentação entre as ações coordenadas na Administração Central, regionais e localidades, responsabilizando todos no atendimento das metas de acordo com a expressividade de cada sistema.

Gratificações e Participação nos Resultados

A participação nos resultados da empresa é definida como um percentual do EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações). Adquirem direito ao bônus todos os empregados que atingirem as metas em suas respectivas localidades, gerências e áreas de apoio.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi tão somente descrever, sucintamente, o programa de participação nos resultados da Sanesul denominado Plano de Metas. Para maiores informações ou para sugestões - que serão muito bem recebidas -, queiram entrar em contato pelo e-mail: andre@sanesul.ms.gov.br ou telefone (67) 3318-7729, com André Soukef Oliveira.

Foto: Gabriel Folies / Casan

Empregados da Casan distribuiram água aos motoristas que aguardavam a mais de 24 horas a desobstrução da BR 101, interditada pelos desabamentos na altura do Morro do Cavalo no município de Palhoça (SC).

Companhias se mobilizam para ajudar vítimas das enchentes em SC

Passada a fase mais crítica das enchentes de Santa Catarina, o Estado começa agora a se deparar com as conseqüências dos desastres. A falta de abastecimento de água e a incidência de doenças de veiculação hídrica são alguns dos dramas que começam a ser experimentados pelos desabrigados. Para minimizar o sofrimento das vítimas, as Companhias Estaduais de Saneamento Básico de Santa Catarina (Casan), do Mato Grosso do Sul (Sanesul) e do Espírito Santo (Cesan) estão mobilizando esforços para ajudar os municípios mais atingidos.

Casan recebe estações de tratamento portáteis

O governo de Santa Catarina recebeu 11 estações portáteis de tratamento de água para ajudar no abastecimento das regiões mais atingidas pelas enchentes. Os equipamentos foram oferecidos por empresas da Alemanha e do Canadá que ainda dispuseram de técnicos para instruir sobre a melhor operação das estações.

A entrega desses equipamentos foi intermediada pela Secretaria de Defesa Civil do Distrito Federal que encaminhou à Companhia Catarinense de Saneamento (Casan) as unidades de captação e purificação de água. Os equipamentos estão sendo utilizados no atendimento à hospitais, abrigos e refúgios de flagelados em Blumenau e Ilhota, alguns dos municípios mais castigados pelos desastres. A escolha dos locais de instalação das unidades foi decidida pela Defesa Civil de Santa Catarina, que encaminhou 6 máquinas para Blumenau e 5 para Ilhota.

Essas unidades são autônomas e têm capacidade para processar de 6 a 40 mil litros de água por dia. A versatilidade dos equipamentos possibilita a rápida remoção das unidades para qualquer local em que haja necessidade de água para consumo humano. Essas estações captam água de cachoeiras, vertentes e córregos e são movidas a bateria, energia elétrica e a diesel.

Para a operação das estações, engenheiros químicos da Casan foram orientados por técnicos das empresas Karcher (Alemanha) e

Foto: Arquivo Casan

Blumenau após as chuvas.

da Global Medic (Canadá) para a perfeita operação destas unidades. Os engenheiros foram instruídos ainda para manusear os acessórios, peças de reposição e a utilização dos produtos químicos necessários ao funcionamento das unidades.

A chegada dos equipamentos e dos técnicos à Santa Catarina foi viabilizada pela atuação da Força Aérea Brasileira (FAB), que transportou de forma rápida as unidades para o aeroporto de Navegantes. Outro protagonista dessa ação foi o Consulado Brasileiro em Otawa, no Canadá, que concedeu os vistos em tempo recorde para que os técnicos fossem ao Estado.

Ações pontuais – Já nos primeiros dias que procederam aos desastres, a Casan passou a ajudar às vítimas de forma pontual. Além de trabalhar diuturnamente para restabelecer o fornecimento de água nas localidades sob sua responsabilidade, no menor prazo possível, a companhia se colocou à disposição para auxiliar outros municípios onde não tem concessão, como Blumenau, Ilhota e Itajaí.

A companhia doou 500 mil copos de água institucionais para a Defesa Civil do Estado, e outros cinco mil foram distribuídos diretamente aos cerca de 300 caminhoneiros que aguardavam a liberação da BR 101 na altura do Morro dos Cavalos, onde uma queda de barreira interrompeu o trânsito nas duas pistas, no final de novembro.

A empresa abasteceu carros-pipa na Estação de Tratamento de Indaial para distribuição de água potável em Blumenau e Itajaí. Além disso, veículos da frota da Casan, sediada em Rio do Sul, foram colocados à disposição do Estado para o transporte de donativos arrecadados na região e destinados, notadamente a Blumenau.

Sanesul e Cesan enviam copos de água para desabrigados em Santa Catarina

Sanesul

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) enviou 25 mil copos de água tratada (130 caixas) para os desabrigados em Santa Catarina. A água, produzida pela Sanesul, foi entregue no início de dezembro no posto de coleta da Defesa Civil do Estado. Mais de 15 funcionários da Sanesul e diversos voluntários trabalharam na ação.

A iniciativa de arrecadar doações partiu dos funcionários da Sanesul e foi encampada pela direção da empresa que decidiu doar água tratada, já em copos, pronta para consumo. Para produzir e embalar toda a água os funcionários da empresa trabalharam durante o fim de semana.

A empresa também vai doar roupas, alimentos e outros produtos coletados pelos funcionários. Os pontos de arrecadação estão distribuídos nas unidades da Sanesul, inclusive em Campo Grande.

Paulo Ricardo Gomes
Assessoria de Imprensa/Sanesul

Foto: Arquivo Sanesul

Empregados da Sanesul carregam caminhão com 25 mil copos de água para os desabrigados de Santa Catarina.

Cesan

A Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) enviou, no mês de dezembro, 40 mil copos de água envasada para as vítimas das chuvas na cidade de Navegantes, em Santa Catarina. O município estava sem água potável devido ao rompimento de adutoras, provocado pelos deslizamentos de terra. O carregamento seguiu uma semana depois da empresa ter enviado 39 mil copos para a cidade catarinense.

O transporte das doações foi organizado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes). Os caminhões foram cedidos por empresas transportadoras da Grande Vitória. A água será distribuída pela Defesa Civil de Santa Catarina.

Técnicos da Cesan trabalharam como voluntários na Estação de Tratamento de Água Vale Esperança, em Cariacica, para envasar os copos d´agua que foram doados. Os empregados abriram mão das horas de folga e extras para ajudar as vítimas das chuvas.

Leila Oliveira
Coordenadora de Comunicação Empresarial da Cesan

Foto: Rosalina Ferreira

No Piauí, a coleta do óleo de cozinha tem beneficiado a Agespisa e seus clientes.

Programa incentiva coleta do óleo de cozinha preservando os recursos hídricos

A companhia estadual de saneamento Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa) tem mobilizado seus clientes a contribuir com a preservação do meio ambiente. Por meio do programa "Água Pura – Não jogue óleo no ralo", a empresa tem incentivado seus clientes a coletarem o óleo de cozinha em troca de descontos na conta de água. Com essa iniciativa, a companhia evitou que, até agora, mais de 18 mil litros de óleo fossem despejados nas sarjetas e nos sistemas de esgoto operados pela empresa.

Para motivar a coleta do material, a companhia tem oferecido descontos de R$ 0,30 para cada litro de óleo entregue nos postos de atendimento da Agespisa. O óleo de cozinha até agora coletado será transformado em biodiesel para ser utilizado no abastecimento da frota de veículos da empresa. Atualmente, a companhia gasta em combustível cerca de oito mil litros por mês. "O investimento terá retorno garantido", estima o presidente da Agespisa, Merlong Nogueira.

"Embora não seja possível fazer uma relação direta do programa com a melhoria da qualidade da água do Rio Poti, até agora não foi registrada a presença dos aguapés, bastante comum nesse período mais quente do ano, quando o volume do rio fica mais baixo e há o acúmulo de resíduos orgânicos e químicos." afirmou Merlong.

O projeto Água Pura, tem ainda uma vertente social. Os subprodutos resultantes da produção do biodiesel serão destinados a entidades populares para fabricação de sabão, gerando emprego e renda para as famílias carentes da periferia de Teresina. O programa "Água Pura – Não joque óleo no ralo" conta com a parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí.

Casan extrai água do aqüífero Guarani

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) está investindo na perfuração de poços profundos que utilizam como fonte o Aqüífero Guarani, considerado o maior reservatório de águas subterrâneas do Brasil e um dos maiores do mundo. O aqüífero oferece água potável de qualidade e reduz os custos de abastecimento. Em São Lourenço do Oeste, localiza-se o poço mais profundo da América Latina, com 1,5 Km com vazão de 130 mil litros/hora. Esse poço tem capacidade para abastecer 20 mil pessoas por 60 anos.

O uso de águas subterrâneas exige menos investimento que os sistemas de captação tradicionais, reduzindo custos operacionais. Todos os poços possuem licença ambiental prévia.

Gilberto Bordignon
Assessoria de imprensa da Casan

Foto: Arquivo da Casan

Poço da cidade de Maravilha com 1.3 km de profundidade e vazão de 130 mil litros de água por hora.

Subsidiária da Corsan comemora 72 anos

A Companhia de Indústrias Eletroquímicas (Ciel), subsidiária da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), comemorou em outubro seus 72 anos com a apresentação do planejamento estratégico e a assinatura do código de ética pelos 21 funcionários da empresa. O ato contou com a presença do diretor-presidente da Corsan, Mário Freitas. "Ao produzir um produto com custos adequados e de qualidade, a Ciel justifica a sua existência", disse o presidente da Corsan.

A diretora-presidente da Ciel, Elena Raupp, ressaltou que a empresa está buscando no planejamento estratégico a redução dos custos e o incremento das vendas, ao mesmo tempo em que destacou a parceria do quadro de funcionários. "O código de ética é resultado de uma ampla discussão entre os colegas", destacou Elena Raupp.

A Companhia de Indústrias Eletroquímicas foi fundada em 11 de outubro de 1936. Em 1969, a Corsan assumiu o controle acionário da empresa para garantir o fornecimento de sulfato de alumínio, produto usado nas ETAs para o tratamento da água. A Ciel está instalada em Esteio (cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre) e ocupa uma área de 4,2 hectares onde produz cerca de 1.800 toneladas de sulfato de alumínio, sendo que mais de 95% é destinado à Corsan e o restante vendido para 10 empresas privadas. A Corsan detém mais de 90% do controle acionário da Ciel.

João Paulo
Ascom Corsan

Governador Cassol (de pé) prestigiou festa de aniversário da Caerd.

Caerd comemora sucesso da gestão compartilhada

Durante jantar realizado no Clube da OAB, em Porto Velho, a diretoria da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia (Caerd) comemorou oito anos de gestão compartilhada. O evento contou com a presença de diversas autoridades como o governador Ivo Cassol e deputados estaduais, Miguel Sena (PV) e Tiziu Jidalias (PMDB). Durante o evento, os servidores da Caerd homenagearam a direção da estatal. Antes da administração atual, a Caerd enfrentou um período de dificuldades estruturais, administrativas e financeiras, fatores que quase levaram a empresa à falência.

INVESTIMENTOS

Cassol lembrou que com os recursos do PAC, o programa que prevê 100% de água tratada para Porto Velho poderá sair do papel. "São cerca de 400 milhões de reais de recursos do governo federal em contrapartida com recursos do governo estadual que economizou, arrecadou impostos e que agora vai investir com força total no tratamento de água e esgoto de nosso Estado", informou.

De acordo com a presidente da Caerd, Rosinete Sena, a empresa entra como fiscalizadora dos serviços do Programa 100% água tratada. "Há 15 dias, o governo emitiu a ordem de serviço. Acredito que em até 18 meses, a partir do início das obras, Porto Velho já poderá contar com água tratada em toda a sua extensão" , concluiu.

Rosinete Sena falou das conquistas que a empresa alcançou no decorrer dos últimos anos e agradeceu a atitude do governador Cassol em manter a gestão compartilhada na empresa, projeto que concedeu parte da administração interna da Caerd, aos próprios servidores. "Na época, o ex-governador José Bianco teve uma atitude louvável e desenvolveu junto com a equipe técnica do órgão um ótimo trabalho. Hoje, a Caerd está no caminho da qualidade. Quero louvar aqui as ações de Bianco no passado e louvar agora as ações do governador Ivo Cassol que deu continuidade e oportunidade para que a Caerd continue este trabalho de gestão compartilhada".

Odacílvio de Moura
Caerd

Companhias Estaduais e IBGE coletam dados sobre saneamento básico em todo o País

Começou, no início de outubro de 2008, um esforço nacional em busca dos dados que vão refletir a situação do saneamento básico no Brasil. As Companhias Estaduais de Saneamento receberam informações do Ministério das Cidades sobre o início da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), cuja coleta de dados já começou em várias partes do País.

A Aesbe reuniu em Brasília representantes das companhias estaduais para esclarecer dúvidas e também somar esforços orientando os recenseadores do IBGE. Representantes da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se reuniram com as Companhias Estaduais de Saneamento Básico para esclarecimentos sobre o preenchimento dos cinco formulários da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008).

Os escritórios regionais do IBGE em cada Estado estão em contato com as companhias estaduais prestadoras de serviços para receber orientações sobre a busca de dados nos 3.943 municípios operados pelas prestadoras estaduais de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Os formulários da pesquisa estão disponíveis no site do Ministério das Cidades e no site da Aesbe:

www.cidades.gov.br

www.aesbe.org.br

Foto: Maria de Lourdes da Cunha Wolff | ABES-RS

Presidente empossado da AIDIS, Carlos Alberto Rosito, recebeu homenagem especial no XXXI Congresso Interamericano da entidade.

Brasileiro preside a Associação Interamericana de Desenvolvimento da Engenharia Sanitária – AIDIS

O novo presidente da Associação Interamericana de Desenvolvimento da Engenharia Sanitária (AIDIS), engenheiro civil Carlos Alberto Rosito, anunciou em sua posse, ocorrida em outubro, na cidade de Santiago no Chile, que a meta da entidade é fazer com que em 2025 o fornecimento de água tratada e saneamento básico seja universalizado em toda a América Latina. Ao tomar posse, ele disse que vai trabalhar pela modernização da AIDIS, principalmente na parte que se refere à comunicação, tanto interna quanto externa. Porque hoje, acrescentou, há 10 mil pessoas trabalhando na rede em toda a América Latina. "Teremos de melhorar o conhecimento mútuo de tudo o que fazemos, ano a ano". Para ele, a grande força da AIDIS é que ela é constituída por uma extraordinária rede de especialistas no setor de água, saneamento básico e meio ambiente, e está espalhada por toda a América Latina e Caribe. Rosito anunciou como prioridade de sua administração concluir um novo plano estratégico, tarefa iniciada ainda na administração de Adalberto Noyola, seu antecessor. Ele afirmou que a presidência da AIDIS implica numa "oportunidade magnífica para contribuir com um grande sonho: levar água e saneamento a todos os irmãos latino-americanos, num horizonte razoável". Rosito lembrou ainda que nos anos 60, quando a entidade foi criada, dos pouco mais de 200 milhões de habitantes da América Latina, somente um terço, ou 33%, dispunham de serviços de água canalizada em casa. E o esgoto não servia a mais do que 14% da população. "Nos últimos 40 anos, avançamos muito no que diz respeito ao abastecimento de água - a cobertura hoje está próxima de 90% dos mais de 500 milhões de habitantes da América Latina e Caribe", disse ele. Mas, o reaproveitamento de águas usadas e a coleta de resíduos sólidos ainda são muito pequenos, lembrou o engenheiro Rosito. Por isso, segundo ele, há ainda um largo caminho a vencer. E ninguém pode descansar enquanto todos os homens e mulheres do continente não dispuserem de água tratada e saneamento básico.

O asfalto chegou.

Bairros esquecidos há 20 anos agora estão recebendo asfalto.

Onde as obras já começaram: Itapoã, Arapoanga, Mestre D´armas, Planaltina (Vale do Amanhecer e Vila Vicentina), Brazlândia, São Sebastião, Riacho Fundo II, Santa Maria e Estrutural.

O Governo do Distrito Federal trabalha para todos, principalmente para os que mais precisam. Por isso, uma das prioridades é levar asfalto e drenagem de águas pluviais para bairros de várias regiões da cidade que estavam esquecidos há décadas. A vida de muita gente vai melhorar. Porque, quando acaba a poeira e a lama, começa uma vida nova e muito mais saudável.

GDF

Pensa em você.

Trabalha pra você.

Revista Sanear

Encarte especial

A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DAS COMPANHIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

1997 - 2007

Aesbe

Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DAS COMPANHIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO BÁSICO 1997 - 2007

A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) finalizou as celebrações do Ano Internacional do Saneamento realizando uma análise do desempenho das Companhias Estaduais do setor entre os anos de 1997 a 2007. Esse estudo foi apresentado na íntegra aos dirigentes dessas companhias no último mês novembro.

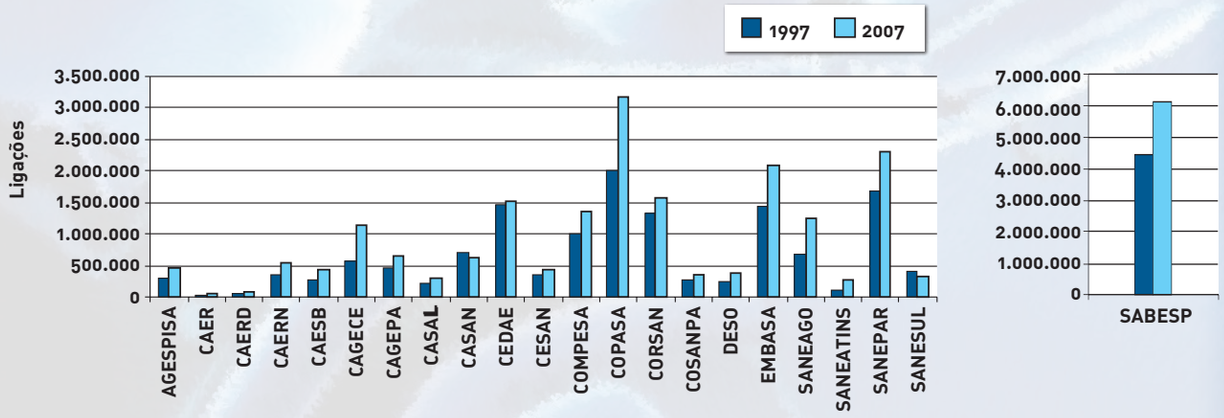
As conclusões dessa avaliação trouxeram informações interessantes ao setor. Mesmo num período desfavorável ao saneamento, as empresas estaduais avançaram nos níveis de atendimento de água e de esgoto, acrescendo cerca de 15 milhões de pessoas às redes de abastecimento de água potável e 17 milhões às redes de coleta de esgoto. Outro dado positivo foi a melhoria de desempenho e o aumento de eficiência nos processos de gestão corporativa dessas concessionárias.

Para compartilhar essas e outras informações com o leitor, a Revista Sanear traz nesta edição um resumo dessa análise, realizada com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)/PMSS do Ministério das Cidades. A análise é apresentada no formato de encarte para ser destacada e utilizada em consulta posterior. Esse documento será, sem dúvida, uma referência para o setor, que vivencia agora a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os incrementos do PAC triplicaram os investimentos no setor e, ao que tudo aponta, os indicadores dessa nova fase deverão acompanhar essa evolução.

1 - Quantidade de ligações ativas de água

As ligações de água representam as conexões realizadas entre residências e outros tipos de estabelecimentos às redes de distribuição de água das empresas prestadoras do serviço. Entre 1997 e 2007, as companhias estaduais do setor conseguiram aumentar o quantitativo dessas ligações em 45%. Com isso, as ligações passaram de 19,6 milhões para 28,5 milhões em dez anos. Este incremento permitiu a essas empresas acrescer mais de 15 milhões de pessoas aos sistemas responsáveis pelo atendimento à população com água potável.

O gráfico abaixo mostra o quantitativo de ligações efetivamente conectadas à rede pública e em funcionamento.

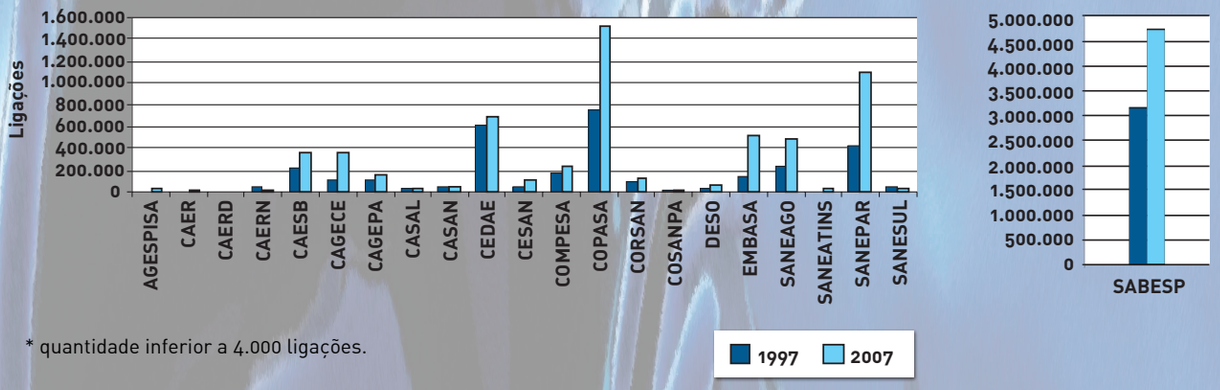


2 - Quantidade de ligações ativas de esgoto

Assim como acontece nos sistemas de água, as ligações de esgoto também representam as conexões realizadas entre residências e outros tipos de estabelecimentos às redes de coleta de esgoto das empresas prestadoras do serviço. No período em análise, houve um crescimento de 60% dessas ligações, passando de 6,4 milhões para 10,5 milhões. Este incremento permitiu as empresas estaduais de saneamento acrescerem mais de 17 milhões de pessoas com atendimento em esgotamento sanitário.

Em termos proporcionais a expansão do atendimento com serviços de esgotamento sanitário foi ainda mais expressivo que a expansão dos serviços de abastecimento de água, no mesmo período.

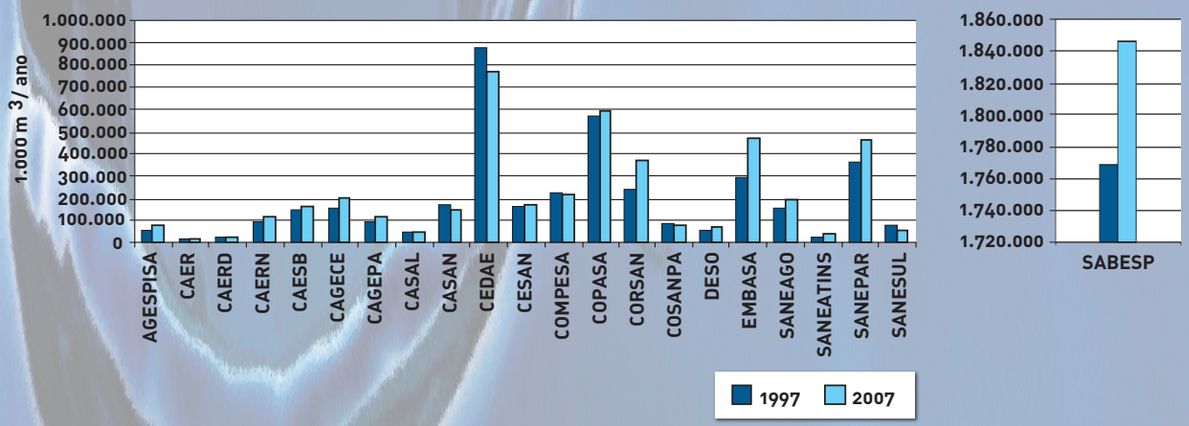
O gráfico abaixo mostra o quantitativo de ligações de esgotos efetivamente conectadas à rede pública.



* quantidade inferior a 4.000 ligações.

3 - Volume de água faturado

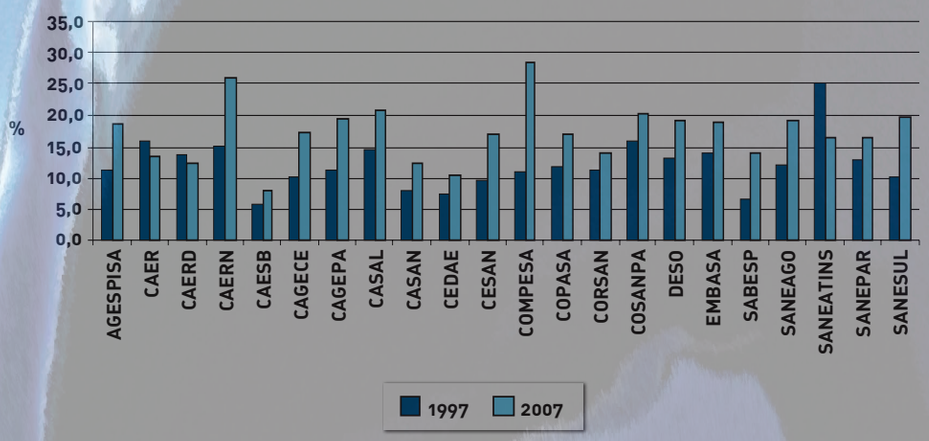
Esse indicador representa o volume de água anual faturado para o total de unidades abastecidas pelos sistemas de água das companhias. Entre 1997 a 2007, essas empresas conseguiram ampliar esse volume em 13%. O volume de água faturado por essas empresas passou de 5,9 bilhões de m³/ano para 6,5 bilhões de m³/ano. Ao comparar esse incremento de volume ao número de ligações de água, podemos observar que este se apresenta proporcionalmente inferior ao crescimento do número de ligações de água no período. Essa situação possibilitou a racionalização na operação dos sistemas em face de uma efetiva redução do consumo médio da população, que passou de 176,4 litros por habitante/dia para 138,3 litros por habitante/dia em 2007 (redução de 27,50%).



4 - Participação da despesa com energia elétrica nas despesas de exploração

Os gastos com energia elétrica representam o segundo maior componente das despesas de exploração das Companhias Estaduais de Saneamento Básico. Nas empresas de Pernambuco (Compesa) e do Rio Grande do Norte (Caern) esses gastos atingiram o percentual superior a 25%. As análises desses dados mostram que o aumento médio dessa despesa foi acentuado, passando de 9,4% em 1997 para mais de 16% em 2007. Esse fato reflete os elevados índices de correção das tarifas de energia elétrica no período.

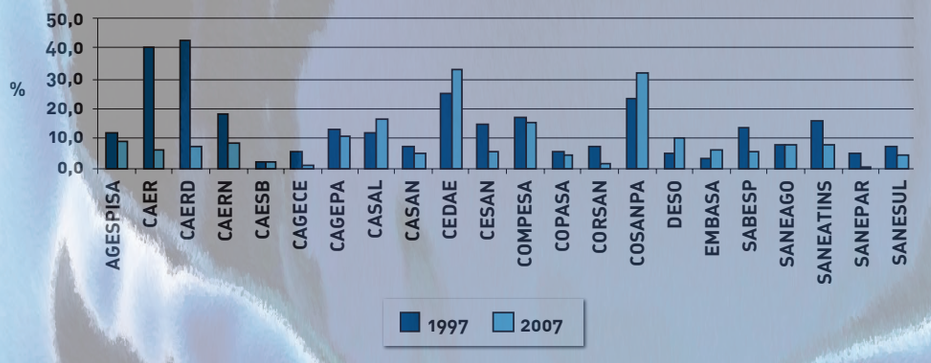
O gráfico abaixo apresenta a participação das despesas com energia elétrica nos serviços de água e esgoto, em relação ao total das despesas de exploração.



5 - Índice de evasão de receitas

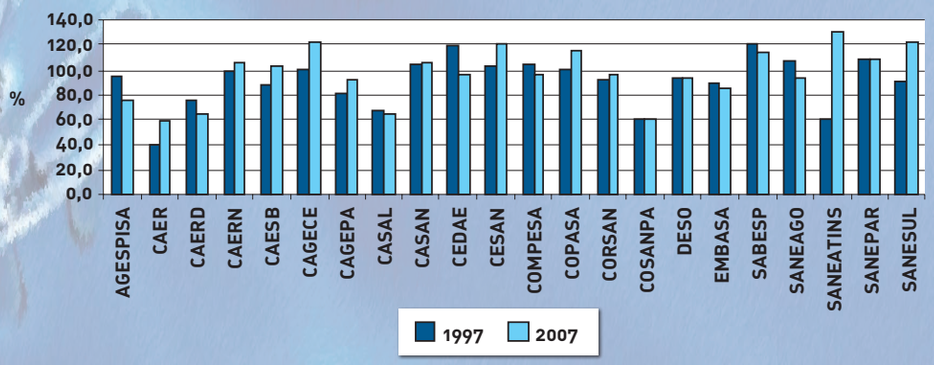
Este indicador representa a diferença entre o valor efetivamente arrecadado pelas Companhias Estaduais do setor em relação ao valor faturado anualmente, em virtude da prestação dos serviços de água e de esgoto.

O quadro mostra a diminuição percentual desse indicador na maioria das empresas, retratando a melhoria de eficiência comercial das Companhias, com a conseqüente redução da inadimplência.



6 - Indicador de desempenho financeiro

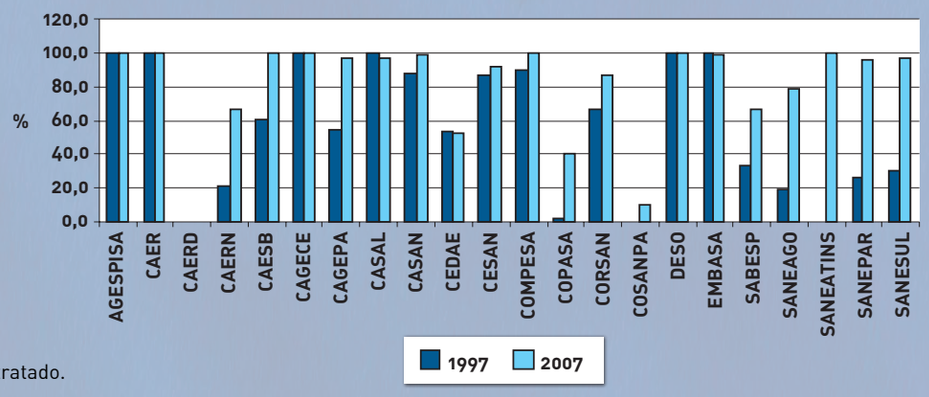
Esse indicador mostra a relação entre o valor faturado na prestação dos serviços e as despesas totais realizadas no exercício. No final de 2007, mais da metade das empresas estaduais apresentaram melhor desempenho financeiro, comparativamente aos valores de 1997. Deve-se ressaltar que, no período em análise, quase a totalidade das companhias apresentou redução da participação das despesas de pessoal próprio e de terceiros em relação às despesas de exploração.



7 - Índice de tratamento de esgoto

Esse dado indica o volume de esgoto que é tratado em relação ao volume de esgoto que é coletado nos municípios operados pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico. Este indicador teve um expressivo aumento de 35,4% entre 1997 e 2007, estando atualmente próximo a 80%.

O volume de esgoto tratado duplicou, passando de 993,7 milhões de m³/ano para 2 bilhões de m³/ano em 2007. Isso reflete diretamente na redução da carga poluidora lançada nos cursos d'água e na melhoria das condições ambientais dos municípios brasileiros atendidos com esgotamento sanitário. O destaque dessa informação fica a cargo das oito companhias estaduais de saneamento básico que já conseguiram atingir 100% de tratamento dos esgotos coletados.



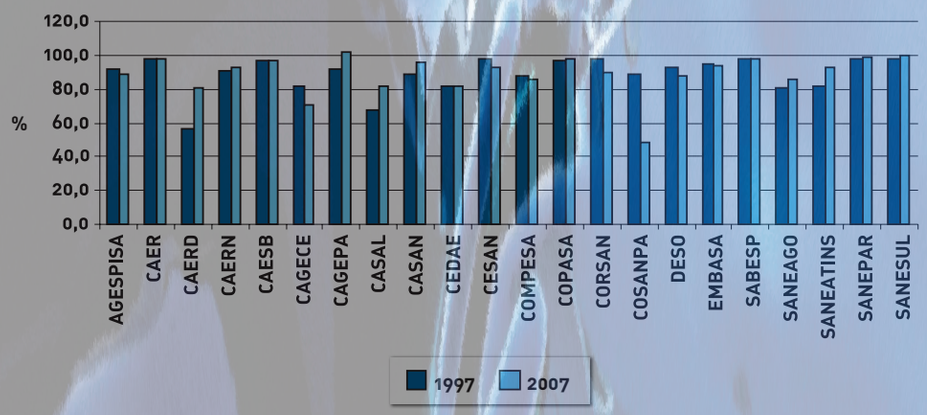
* esgoto não tratado.

8 - Índice de atendimento urbano de água

O índice de atendimento urbano de água indica a relação entre a população urbana que é atendida com abastecimento de água e a população urbana total dos municípios atendidos pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico.

Os dados levantados por esse índice mostram que na área de atuação das companhias a prestação dos serviços atinge, em média, a mais de 93% da população urbana. Cabe ressaltar na análise desse dado que algumas companhias apresentaram redução no índice de atendimento, contrastando com o aumento do número de ligações ativas e da população atendida, no mesmo período.

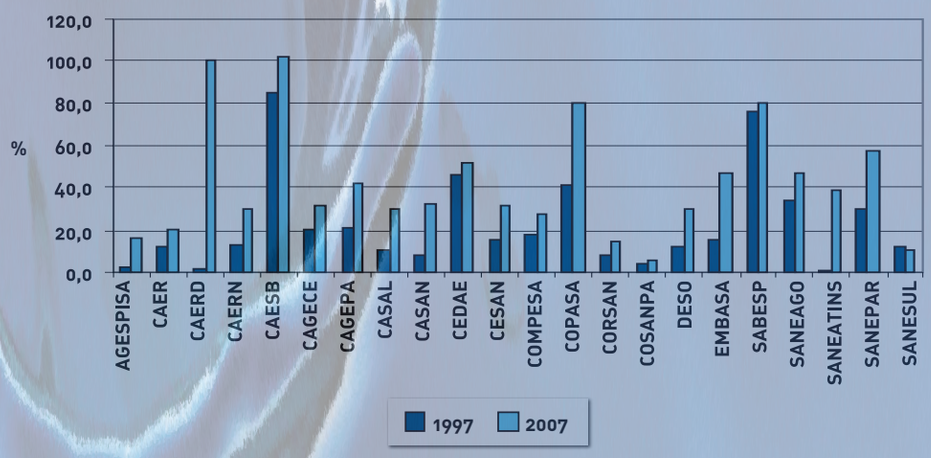
Tal fato é explicado pela alteração na metodologia de cálculo da população atendida por essas empresas, àquela época, que consideravam no seu cálculo, também as ligações inativas de água. Em números absolutos, a população abastecida com água canalizada pelo conjunto das empresas aumentou de 90 milhões, em 1997, para 105 milhões de habitantes no final de 2007, isto é, 75% da população urbana brasileira, em cerca de 4.000 municípios.

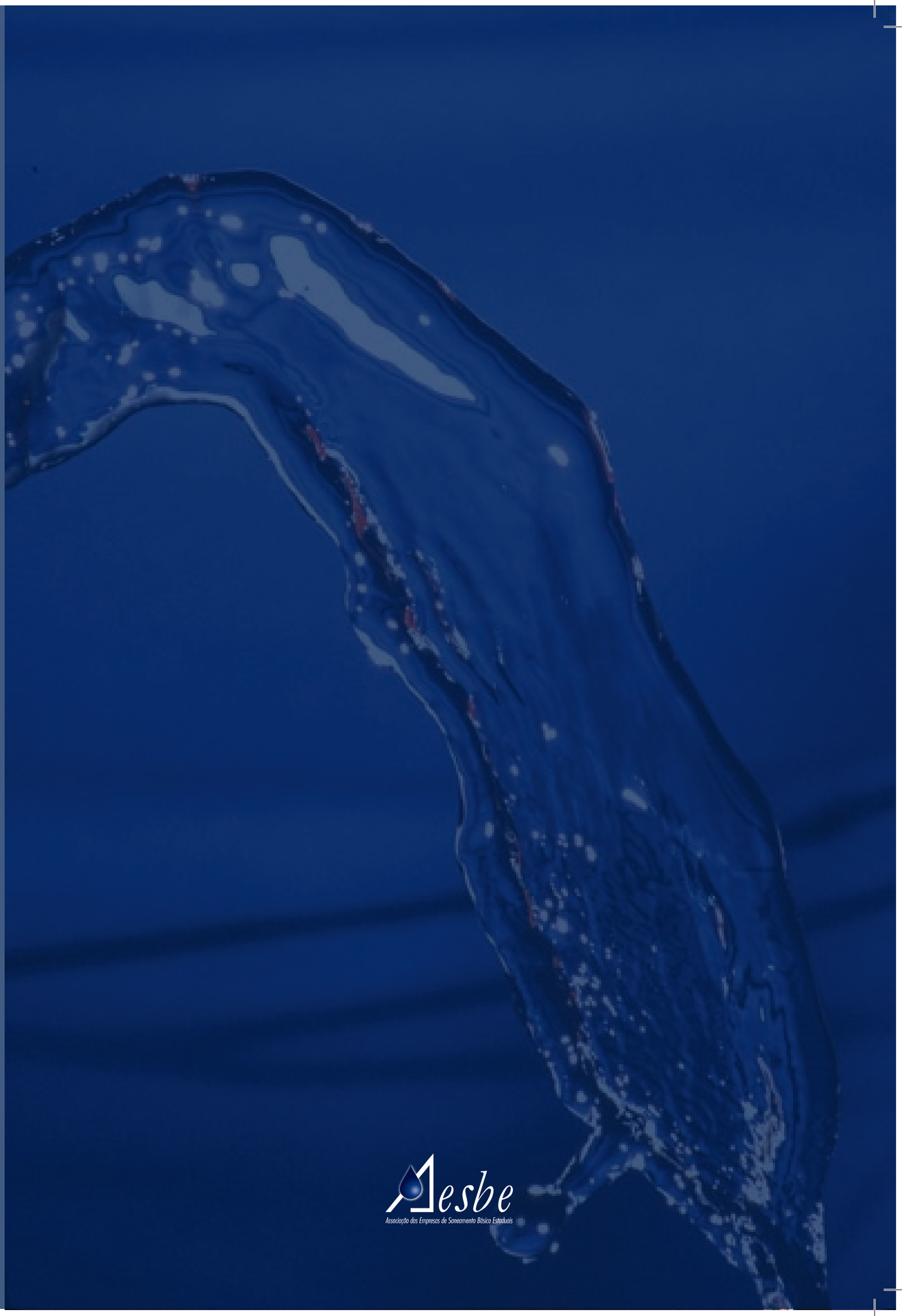


9 - Índice de atendimento urbano de esgoto por município atendido com esgoto

Este índice relaciona a população servida por redes coletoras de esgoto com a população urbana total dos municípios atendidos pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico. Este indicador é o mais adequado para medição dos níveis de atendimento de esgoto, por considerar somente os municípios em que as empresas têm a correspondente concessão dos serviços.

Nos últimos 10 anos, o índice médio teve significativo acréscimo, partindo de 34,5% em 1997 para quase 60% em 2007. Em termos populacionais houve, no período em análise, um incremento de 34 para 50 milhões de pessoas servidas por redes coletoras de esgoto, beneficiando, assim, mais 16 milhões de pessoas.




esbe
Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

SBN - Quadra 01 - Bloco B - Edifício CNC - Sala 201 - CEP: 70041-902 - Brasília-DF
Tel/Fax.: (61) 3326-4888
www.aesbe.org.br